



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Consoante a Lei 11.101/2005 e Lei Complementar 147/2014

POTÊNCIA MEDIÇÕES LTDA.

PROCESSO N° 5582379-02.2022.8.09.0051

21ª VARA CÍVEL - COMARCA DE GOIÂNIA (GO)

05 DE DEZEMBRO DE 2022

SUMÁRIO

1. Nota de abertura	4
1.1 Da tempestividade	4
2. Aspectos Organizacionais da RECUPERANDA	5
2.1. Definição da atividade empresarial.....	5
2.1.1 – Código e descrição da atividade econômica principal	5
2.1.2 – Código e descrição das atividades econômicas secundárias	5
2.2. Dados Constitutivos das Unidades & Principais Gestores.....	5
2.3. Modelo de Gestão do Negócio.....	7
2.3. Estrutura Organizacional da RECUPERANDA – Organograma Funcional	8
2.3.1. Time Line / Breve Histórico da RECUPERANDA.....	9
2.3.2. Missão	10
2.3.3. Visão	10
2.3.4. Valores.....	10
2.3.5. Controles Gerenciais	10
2.3.6. Compliance.....	10
2.3.7. Certificações	11
2.4. Mercado	11
2.4.1. Principais produtos e serviços.....	11
2.4.2. Principais Clientes	13
2.4.3. Principais fornecedores.....	16
2.4.4. Principais Concorrentes	17
2.4.5. Parâmetros de Comercialização no cenário Recuperacional.....	18
2.5. Diferenciais Competitivos	20
2.6. Breve análise econômica do setor	21
3. O PLANO de recuperação judicial	43
3.1. Motivos da crise (retirado da petição inicial).....	43
3.2. Primeira relação de credores	45
3.3. Plano de reestruturação operacional.....	46
3.3.1. Essencialidade dos veículos locados	47
3.4. PLANO de reestruturação financeira	47
3.4.1 Proposta de pagamento aos credores sujeitos à recuperação judicial e aderentes..	48
3.4.1.1. Concessão de prazos e condições especiais de pagamento das obrigações vencidas e vincendas.....	49

3.4.1.2. Equalização de encargos financeiros	51
3.4.1.3. Alteração do controle societário.....	52
3.4.1.4. Criação de UPI	53
3.4.1.5. Novação de dívidas	53
4. Demonstração da viabilidade econômica (art. 53, II e III, LRF)	54
4.1 Premissas.....	54
5. Considerações finais.....	62
6. Conclusão	63

1. Nota de abertura

A empresa POTÊNCIA MEDIÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ/MF 01.091.559/0001-37, denominada doravante “RECUPERANDA”, pelos motivos apresentados neste Plano de Recuperação Judicial, que passa a ser ora designado como “PLANO”, requereu a proteção legal da Recuperação Judicial em 22/09/2022, teve seu processamento deferido pelo Exmo. Juiz de Direito da 21ª Vara Cível da Comarca de Goiânia (GO), Dr. Marcelo Pereira de Amorim, processo nº 5582379-02.2022.8.09.0051, no dia 30/09/2022, que foi publicada no dia 04/10/2022.

Nos termos do artigo 53 da Lei 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falências, doravante denominada “LRF”, a Recuperanda apresenta seu Plano com medidas de caráter administrativo, operacional, econômico-financeiro e jurídico, necessárias à superação da situação de crise econômico-financeira.

Convergindo para uma distribuição equilibrada do ônus da recuperação judicial, estão aqui pormenorizados os meios de recuperação a serem empregados, as condições para pagamento dos credores e as devidas demonstrações de viabilidade econômico-financeira, mantidas as premissas econômicas consideradas.

Atendendo ao disposto no inciso III do art. 53 da LRF, a Recuperanda providenciou juntada de laudo de avaliação dos bens e ativos.

1.1 Da tempestividade

Art. 53, Lei 11.101/2005. “O PLANO de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo **no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial**, sob pena de convolação em falência”. (grifo nosso)

Data de publicação da decisão: 04/10/2022
Prazo 60 dias corridos: 03/12/2022¹

¹ 03 de dezembro é um sábado, primeiro dia útil posterior é segunda 05/12/2022.

2. Aspectos Organizacionais da Recuperanda

2.1. Definição da atividade empresarial

2.1.1 – Código e descrição da atividade econômica principal

42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica.

2.1.2 – Código e descrição das atividades econômicas secundárias

43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

43.22-03-1 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica

43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno

43.99-1-01 - Administração de obras

43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente

71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente

82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água

71.12-0-00 - Serviços de engenharia

2.2. Dados Constitutivos das Unidades & Principais Gestores

O quadro societário da empresa “POTÊNCIA” apresenta as seguintes composições societárias:

- POTÊNCIA MEDIÇÕES LTDA.

a) Endereço matriz: Av. C-107, nº 2.255, Qd. 231, Lt. 14, Bairro Jardim América, Goiânia (GO), CEP. 74.255-060.

b) Filiais:

- Filial 01 – a) Ramo de Atividade: A filial tem o mesmo objetivo da Matriz; b) Endereço: Avenida Antônio de Souza Porto, nº 275, Qd. 02, Lt. 09/10/11/12, Loteamento Flamboyant, Paracatu-MG, CEP: 38.600-000; c) Prazo de Duração: Indeterminado; d) Início das Atividades: 23/09/2016; e) Inscrita no CNPJ sob o n.º 01.091.559/0003-07;

- Filial 02 – a) Ramo de Atividade: A filial tem o mesmo objetivo da Matriz; b) Endereço: Rua Dr. José Geraldo Alkmin nº 141, Qd. 02, Lotes 05, 06, 07 e 08, bairro Nova Pirapora,

- Pirapora-MG, CEP: 39.270-000; c) Prazo de Duração: Indeterminado; d) Início das Atividades: 23/09/2016; e) Inscrita no CNPJ sob o n.º 01.091.559/0005-60;

- Filial 03 – a) Ramo de Atividade: A filial tem o mesmo objetivo da Matriz; b) Endereço: Rua Porangatu, nº 22, Bairro Kamaiura, CEP: 38.610-000, Unaí - MG; c) Prazo de Duração: Indeterminado; d) Início das Atividades: 23/09/2016; e) Inscrita no CNPJ sob o n.º 01.091.559/0004-80;

- Filial 04 – a) Ramo de Atividade: A filial tem o mesmo objetivo da Matriz; b) Endereço: Rua Mato Grosso, nº 286, lote 17, quadra 23, Letra A, Bairro Pacoval, Macapá-AP, CEP 68908-350; c) Prazo de Duração: Indeterminado; d) Início das Atividades: 07/04/2020 e) Inscrita no CNPJ sob o n.º 01.091.559/0006-41;

- Filial 05 – a) Ramo de Atividade: a filial tem o mesmo objetivo da matriz; b) Endereço: Rua Contria, n. 65, quadra 03, lotes 4/5/6/7, Centro, Curvelo/MG, CEP 35790-375; c) Prazo de duração: indeterminado; d) Início das atividades: 16/09/2021; e) Inscrita no CNPJ sob o nº 01.091.559/0007-22;

- Filial 06 – a) Ramo de atividade: a filial tem o mesmo objetivo da matriz; b) Endereço: Avenida Presidente Dutra, n. 1868, Baixa União, Porto Velho/RO, CEP 76805-834; c) Prazo de duração: indeterminado; d) Início das atividades: 16/09/2021; e) Inscrita no CNPJ sob o nº 01.091.559/0008-03;

- Filial 07 - a) Ramo de atividade: a filial tem o mesmo objetivo da matriz; b) Endereço: Rua E-II, quadra 0081A, lote 00015, Setor Industrial, Ji Paraná/RO, CEP 76914-899; c) Prazo de duração: indeterminado; d) Início das atividades: 16/09/2021; e) Inscrita no CNPJ sob o nº 01.091.559/0009-94;

- Filial 08 – a) Ramo de atividade: a filial tem o mesmo objetivo da matriz; b) Endereço: Rua Pirarucu, nº 2635, Áreas Especiais, Ariquemes/RO, CEP 76870-258; c) Prazo de duração: indeterminado. d) Início das atividades: 24/03/2022; e) Inscrita no CNPJ sob o nº 01.091.559/0010-28;

- Filial 09 – a) Ramo de atividade: a filial tem o mesmo objetivo da matriz; b) Endereço: Rua Dinamarca, n. 132, quadra 001, lote 007, Jardim Ana Maria, Apucarana – PR, CEP 86808-200; c) Prazo de duração: indeterminado; d) Início das atividades: 27/07/2022.

c) Capital Social:

Sócio/Cotista	%	Nº de Quotas	Valor Quota (R\$)	Total (R\$)
Maurílio Gratão	68,42	3.120.000	1,00	3.120.000,00
Rodrigo Santos Gratão	31,58	1.140.000	1,00	1.440.000,00
Total →	100,0	4.560.000	1,00	4.560.000,00

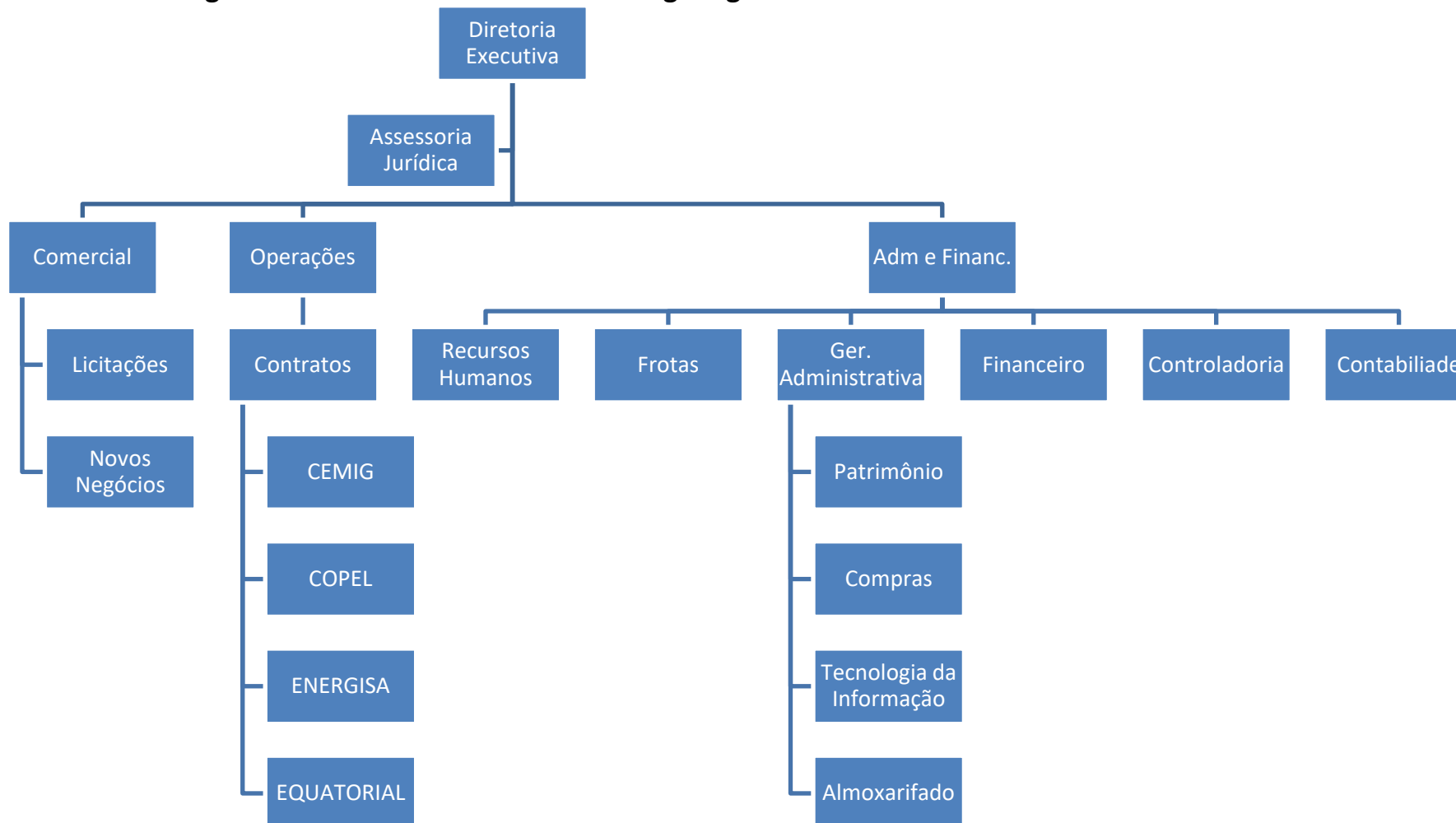
2.3. Modelo de Gestão do Negócio

A Recuperanda é administrada por seus respectivos sócios e consultorias especializadas para determinados departamentos. O principal gestor da empresa é o Sr. Maurilio Gratão o qual se dedica à gestão dos núcleos de Operações e Comercial, além de ser o Diretor Executivo do negócio. Conta ainda no quadro de principais gestores o sócio Sr. Rodrigo Santos Gratão, o qual atua diretamente na gestão do contrato do cliente CEMIG.

A empresa conta ainda com um Conselho Decisório Informal presidido pelo sócio Sr. Maurilio Gratão, o qual conta com a participação de outros colaboradores de staff e linha, alocados em níveis estratégicos e táticos, além de consultores específicos, que dão o devido suporte para as diretrizes da operação.

Todos os departamentos que envolvem atividades fim são administrados por gerentes, coordenadores e supervisores, devidamente qualificados para as respectivas áreas de atuação.

2.3. Estrutura Organizacional da RECUPERANDA – Organograma Funcional



2.3.1. Time Line / Breve Histórico da Recuperanda

A POTÊNCIA CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, se tornou vencedor de um certame licitatório na CELG onde começou a prestar serviços com equipes de manutenção na regional de Luziânia de 2005 a 2008 com aproximadamente 55 colaboradores, em 2006 sagrou-se vencedor de uma licitação de prestação de serviços na área comercial da ELETROACRE, em todo estado, sendo o período de execução dos serviços de 2007 a 2012, com aproximadamente 150 colaboradores.

Em 2008 através da POTÊNCIA CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA Foi convidado pela CELG, de forma emergencial, a substituir uma empresa na região norte de Goiás, cujo objeto era a execução de leitura juntamente com os demais serviços na área comercial usando a mão de obra de pouco mais de 150 funcionários, onde prestou serviços até 2010.

Também em 2008 sagrou-se vencedor de uma licitação no estado do Paraná, junto a concessionária COPEL onde permanece até hoje. Trata-se de serviços de Leitura com impressão e entrega simultânea das faturas, na regional de Apucarana, norte do estado, com um quadro de aproximadamente 60 funcionários.

Em 2009 com a POTÊNCIA CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, sagrou-se vencedor da licitação cujo objeto era o de leitura, impressão e entrega simultânea da fatura na capital do estado do Amazonas, Manaus, utilizando-se mais de 200 colaboradores. Os serviços foram iniciados em 2010 e no final deste participou e sagrou-se vencedor de uma licitação cujo objeto era a execução de todos os serviços relacionados a área comercial do órgão, também para a AMAZONAS ENERGIA, foi contratado mais de 400 funcionários para este contrato que se encerrou no final de 2011.

Em 2011 venceu licitação junto a CELG em licitação cujo objeto era a execução de todos os serviços da área comercial, inclusive leitura, impressão e entrega de faturas nas regiões norte e noroeste do estado, composta por mais de 50 municípios. Contrato finalizado em 2014 e houve a necessidade de mais de 400 colaboradores para executá-lo.

Em 2014 sagrou-se vencedor na licitação, também na CELG para execução de leitura, impressão e entrega simultânea das faturas em Goiânia, capital do estado, bem como a execução de todos os serviços da área comercial e para executá-los foram necessários mais de 450 funcionários.

Em 2015 participou e venceu uma licitação no estado do Piauí, CEPISA, para prestar serviços de cobrança, corte e religação e inspeção em unidades consumidoras sendo que o contrato teve a duração de 2 anos e foram necessários aproximadamente 150 funcionários. Também neste ano houve a alteração da razão social para POTÊNCIA MEDIÇÕES LTDA e em 2016 sagrou-se vencedor em licitação junto a concessionária CEMIG para trabalhar em contrato ancora na regional de Paracatu tendo prazo de execução de 5 anos. São vários municípios e uma vasta área de abrangência. Foram

necessários mais de 450 funcionários para atender o referido contrato que em 2021, por força da lei, foi feita nova licitação e novamente se consagrando vencedor por mais 5 anos de contrato.

Em 2019 tornou-se vencedor de uma licitação no estado do Amapá, CEA, para execução de leitura com impressão e entrega simultânea das faturas e inspeção de residências. Com a venda da CEA para a empresa EQUATORIAL o contrato de inspeção foi duplicado de tamanho e aditivado em prazo até dezembro de 2023.

Por fim em 2021 a POTÊNCIA MEDIÇÕES LTDA, foi convidada a participar de licitação no estado de Rondônia pela ENERGISA e se tornou vencedor, tendo como objeto a construção de redes rurais, luz para todos, nas regionais norte e centro, sendo seu prazo de execução até o ano de 2023.

2.3.2. Missão

Atuar no setor de utilities com segurança, rentabilidade e entregando serviços de excelência aos nossos clientes.

2.3.3. Visão

Estar entre os principais players do mercado e ser referência de excelência na prestação de serviços para continuarmos com um crescimento sustentável.

2.3.4. Valores

- Colaboração;
- Foco em resultados;
- Foco no Cliente;
- Sustentabilidade;
- Ética;
- Respeito.

2.3.5. Controles Gerenciais

A empresa utiliza como ferramenta de controle e gestão os seguintes softwares:

1. Sistema SIGE – Sistema de gestão abrangente;
2. Planilhas em Excel para controles específicos e principalmente para controle de custos de obras.

2.3.6. Compliance

A empresa prevê a implantação de um Sistema de *Compliance* nesta fase de soerguimento, a partir da estruturação de um Manual de Integridade e Ética, a fim de possibilitar melhores diretrizes operacionais.

2.3.7. Certificações

- NB ISO 9001/2015. A Certificação foi obtida em 31/01/2022.

2.4. Mercado

2.4.1. Principais produtos e serviços

Os serviços ofertados pela Recuperanda correspondem a prestação de serviços especializados em engenharia, com foco no segmento de *Utilities*, especialmente dedicado ao setor de Energia Elétrica, **considerados como essenciais e de utilidade pública**. Apenas com os contratos da Cemig da região norte do Estado de Minas Gerais, por exemplo, atendem uma população superior a dois milhões de habitantes, não havendo uma segunda empresa similar na região.

Atualmente 100% de seus serviços prestados e conseqüentemente de seu faturamento provém das Distribuidoras de Energia, sejam elas públicas ou privadas, as quais buscam a terceirização destes serviços.

Em se tratando dos serviços prestados a empresas públicas, os mesmos ocorrem através de processos licitatórios, enquanto para as empresas privadas ocorrem através de cartas convites. O Atestado de Capacidade Técnica, o qual a empresa possui de forma expressivamente satisfatória, é um dos grandes diferenciais deste mercado.

O escopo dos serviços prestados é definido por meio de contratos, os quais possuem prazos de vigência variando em média de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, porém todos com perspectivas de renovação. A possibilidade de renovação é concreta, visto que a empresa que já presta o serviço participa de forma mais competitiva de um segundo certame visto já ter toda a imobilização/investimentos iniciais feitos, assim como o know-how de continuidade da operação.

Não haveria, entretanto, o risco das Distribuidoras assumirem este serviço terceirizado? Não. Este modelo de negócio já está testado há anos e gera, para as Distribuidoras um melhor aproveitamento tributário, redução nas imobilizações, mais eficiência, menos burocracia operacional e, principalmente, foco no negócio de distribuição.

A seguir, a descrição dos principais **serviços essenciais** prestados pela Recuperanda:

- **Inspeção e Fiscalização em Redes de Energia;**
 - Atividade em que é verificado, identificado, registrado e corrigido possíveis defeitos no sistema elétrico de forma corretiva e preventiva.

- Utilização de drones com a possibilidade de obter o detalhamento necessário para a realização das inspeções das redes de distribuição, além das coordenadas precisas de cada ponto para uma melhor logística nos procedimentos de campo.
- Visa prevenir a deterioração dos equipamentos do sistema de distribuição, assim como possíveis elementos externos possam afetar a continuidade do fornecimento de energia elétrica a seus consumidores.
- **Construção e manutenção de redes elétricas urbanas e rurais;**
 - Consiste em construções, modificações e manutenções de redes urbanas e rurais compreendendo todas as modalidades de redes de distribuição: convencionais, protegidas (compactas) e isoladas de baixa e média tensão.
- **Execução de serviços técnicos comerciais de cadastramento, corte, religação e ligação nova de unidades consumidoras de quaisquer Utilities;**
 - Atendimentos a solicitações de serviços de ligações novas de clientes. Execuções de atividades de cortes em caixa de medição e padrões de energia e respectivo religamento das unidades de consumidoras.
- **Construção de Subestações;**
 - Instalação e modificação de subestações abaixadoras e elevadoras de média e alta tensão.
- **Serviços de ampliação, melhoria de rede com desmembramento de circuito, extensão de rede AT e BT;**
 - Construções e modificações de redes urbanas e rurais compreendendo todas as modalidades de redes de distribuição: convencionais, protegidas (compactas) e isoladas de baixa e média tensão.
- **Leitura normal e informatizada do consumo de energia elétrica, água e gás, com emissões e entrega simultânea da fatura;**
 - Leitura e entrega de faturas simultâneas para as atividades de distribuição de energia elétrica, gás e água em áreas urbanas e rurais.
- **Serviços contínuos de poda de árvores, preventivos e de emergência, em redes de distribuição de energia elétrica;**
 - Realizações de podas de árvores em áreas rurais e urbanas incluindo supressão, poda preventiva e direcionada.

2.4.1.1 – Imagens Ilustrativas



2.4.2. Principais Clientes

Atualmente a Recuperanda atende 04 (quatro) grandes Distribuidoras de energia, totalizando 10 (dez) contratos vigentes: Copel, Energisa, Cemig e Equatorial.



Para cada contrato vigente há escopo de serviços diferentes.

O mercado é bastante amplo e crescente, composto atualmente por 29 Concessionárias de grande porte (superior a 400 mil unidades) e mais 17 Concessionárias de pequeno / médio porte (inferior a 400 mil unidades).



Para se ter uma dimensão da pujança do setor de distribuição de energia, somente as 04 (quatro) Concessionárias com as quais a Recuperanda possui contratos prevêem investimentos em torno de R\$ 70 bilhões para os próximos 04 (quatro) anos. O setor elétrico como um todo possui uma necessidade de investimentos na ordem de 3,2 trilhões para a próxima década.

Dentro de seu escopo de atuação a Recuperanda detém atualmente cerca de 466,4 milhões de reais em contratos, um valor pequeno frente a toda potencialidade existente no segmento.

Será apresentado abaixo, a descrição das principais características dos atuais contratos vigentes entre a Recuperanda e seus respectivos clientes.

Cemig - Licitação 530-H15408

Lote	Tipo de Serviço	Quantidade de US 60 Meses	Us Mês	CONTRATO nº.	Prazo (Mês)	Valor contrato	Região
Lote 1	Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	24.960	416	4680006237	60	R\$ 50.251.718,40	CURVELO
Lote 5	Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	21.840	364	4680006238	60	R\$ 45.060.069,60	PIRAPORA

Cemig - Licitação 530-H15518

Lote	Tipo de Serviço	Quantidade de de US 60 Meses	Us Mês	CONTRATO nº.	Prazo (Mês)	Valor contrato	Região
Lote4	Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	29.700	495	4680006252	60	R\$ 61.484.664,00	PARACATU
Lote4	Construção e manutenção em redes energizadas (Linha Viva)	2.100	35				

Lote	Tipo de Serviço	Quantidade de US 60 Meses	Us Mês	CONTRATO nº.	Prazo (Mês)	Valor contrato	Região
Lote 5	Construção, extensão, reforma, melhoramento e man	26.400	440	4680006253	60	R\$ 51.324.250,00	UNAÍ

Energisa - RONDÔNIA - LUZ PARA TODOS

Lote	Tipo de Serviço	Quantidade de US 24 Meses	Us Mês	CONTRATO nº.	Prazo (Mês)	Valor contrato	Região
Lote Norte / CENTRO	Obras de Extensão/Melhoria/Reforço de RDR - NORTE/CENTRO/ Cadastramento de Consumidores e Instalação/Ligação de medidores - Atendimento do	102.426	5.690	2021.0152.01 (contrato suspenso)***	18	R\$ 54.593.058,00	Rondônia

Energisa - RONDÔNIA - LUZ PARA TODOS - 1312592

Lote	Tipo de Serviço	Quantidade de US 24 Meses	Us Mês	CONTRATO nº.	Prazo (Mês)	Valor contrato	Região
Lote Norte	Obras de Extensão/Melhoria/Reforço de RDR - NORTE/CENTRO/ Cadastramento de Consumidores e	21.720	905	WS92896	24	R\$ 35.661.600,00	Rondônia
Lote Centro		19.320	805				

Cemig - Licitação 530-H16365

Lote	Tipo de Serviço	Quantidade de US 60 Meses	Us Mês	CONTRATO nº.	Prazo (Mês)	Valor contrato	Região
Lote 3	Construção, extensão, reforma, melhoramento e	34.477	575	4680006495 4680006496	60	R\$ 187.879.679,10	PARACATU UNAÍ
Lote 3	Restauração de energia, manutenção e ronda de	47.196	787				

Inspeção - AMAPÁ

Lote	Tipo de Serviço	Quantidade de US 60 Meses	Us Mês	CONTRATO nº.	Prazo (Mês)	Valor contrato	Região
	Inspeção de ligações		0,00	006/2022	24	R\$ 22.571.309,88	AMAPÁ

Copel - Apucarana - Leitura - SGD210131

Lote	Tipo de Serviço	Quantidade de US 60 Meses	Us Mês	CONTRATO nº.	Prazo (Mês)	Valor contrato	Região
Lote Norte	Serviços de leitura de medidores de consumo de energia elétrica do grupo "B" (baixa tensão) com	15.268.500	254.475	4600024893/2022	60	R\$ 12.214.800,00	Apucarana

2.4.3. Principais fornecedores

A Recuperanda possui um número superior a 900 (novecentos) fornecedores, entre ativos e inativos, cadastrados nas mais diversas categorias. São empresas de pequeno a grande porte, pertencentes aos mais diversos segmentos e situados em todo país.

O mix de serviços e produtos da cadeia produtiva da engenharia e correlatos é vasto e na mesma proporção são os fornecedores de insumos.

Os principais fornecedores da Recuperanda são empresas que fabricam ou comercializam produtos destinados a amplitude da engenharia, com ênfase no segmento de energia elétrica. Contemplam ainda no grupo de fornecedores, prestadores de serviços em geral pertencentes a este setor, bem como fornecedores de materiais de expediente, tecnologia, combustíveis, alimentação, entre outros.

A Recuperanda se utiliza de uma política de compras fundamentada no princípio de “fornecedores preferenciais”, ou seja, mantém um relacionamento comercial com predileção com seus principais fornecedores a fim de estabelecer melhores condições de preço, prazo de pagamento e entrega. Com o processo de Recuperação Judicial será fortalecido o laço com tais fornecedores, através da criação de subclasse de fornecedores parceiros, para aqueles que se dispuserem a manter a relação comercial ativa, porém também é certo que haverá necessidade de substituição de parte dos fornecedores, cenário natural em processos recuperacionais.

Os principais critérios de compras junto aos fornecedores durante o período recuperacional serão: **parceria frente ao processo de RJ**, condições de pagamento, qualidade, disponibilidade de entrega, preço e logística. A partir de uma criteriosa análise e planejamento dos setores comercial, operações, administrativo e financeiro, se definirão os fornecedores parceiros, bem como a relação de novos para tratativas comerciais iniciais, ressaltando a expressiva disponibilidade de fornecedores em todo país para o ramo de atuação da Recuperanda.

A seguir, relação dos 30 (trinta) principais fornecedores da empresa:

FORNECEDOR	CNPJ/CPF
SETELOC LTDA	20611180000236
TICKET SOLUCOES HDFGT S.A.	3506307000157
APOTEOSE LTDA EMNTEL	66455536000100
NSA LOCADORA	12279184000150
VAMOS LOCAÇÃO CAMIN. MÁQUINAS EQUIP	23373000000132
PROTEMAX COMERCIO DE EPI'S EIRELI	12268125000186
NOTRE DAME INTERMEDICA MINAS GERAIS SAUDE SA	62550256001606

OF EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - ME	17215188000198
FINFLEX SERVICOS LTDA	40893858000147
VOLUS TECNOLOGIA E GESTAO DE BENEFICIOS LTDA	3817702000150
ELETROMIG COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA	21543952000121
NACIONAL LT EQUIPAMENTO	31965708000100
REAL COMERCIO DE EQUIPAMENOS DE SEGURANCA LTDA	40811158000166
CAIXA CARTOES PRE PAGOS SA	39459331000634
D PROSEG EQUIPAMENTOS DE SEG E LINHA VIVA LTDA	17047587000197
BHMIG ENERGIA MANUTENCAO E COMERCIO LTDA	32929213000199
PRIME TREINAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR EIRELI	23141185000150
RENATO MAIA FERREIRA	91008433691
MR SAFETY TECHNOLOGY EIRELI	18344665000188
COMMANDERS IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA	1699525000391
SOLUCAO EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA	10676939000124
MUNDO LINHA VIVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRELI	21192337000118
ELITE EPI COMERCIO E DISTRIBUICAO EIRELI	24200699000100
SINTESE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	21984786000107
UBERSEG INDUSTRIA E COMERCIO DE EQ DE SEG LTDA	8896267000110
ADAUTO BORGES DOS SANTOS	29222041000104
FABIO LEITE MAGALHAES LOCACOES ME	19532206000190
PLANNING CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTÁRIA LTDA	23527887000176
ROSELI DIAS	23102773000184
PROTEMAX EMISSAO ACUSTICA LTDA	45085090000107

2.4.4. Principais Concorrentes

Os principais concorrentes são empresas que atuam no setor de engenharia, com especialidade e know-how em energia elétrica. Os mesmos estão situados nos mais diversos Estados da federação e são na maioria das vezes classificadas como construtoras, engenharias, empreiteiras e correlatos.

Existem diversas empresas que atuam neste segmento, as quais se diferenciam por vários fatores, tais como: estrutura física, localização, serviços agregados, composição de preços, expertise, eficiência, padrão de qualidade, tempo de mercado e, principalmente tratando-se de licitações públicas, acervo técnico.

Trata-se de um mercado “limitado”, sem a ação significativa de novos entrantes, em função principalmente da especialidade técnica requerida, do acervo técnico exigido pelas Concessionárias de Energia e ainda pela expressiva necessidade de altos investimentos nos primeiros anos de contrato.

O share atual da empresa, considerando toda a demanda a nacional, não chega a 1%.

Segue adiante principais concorrentes:

- TENCEL ENGENHARIA

Construção de obras elétricas, manutenção, obras civis e de infraestrutura são suas principais áreas de atuação. Está situada em Aparecida de Goiânia (GO);

- TELEMONT

Realiza serviços de engenharia, com destaque aos segmentos de telecom, energia e TI. Está situada em Goiânia (GO);

- RONDÔNIA TRANSFORMADORES

Realiza serviços de engenharia elétrica e correlatos. Está situada em Ji-Paraná (RO);

- ESEC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS ELÉTRICOS

Realiza serviços de engenharia elétrica e correlatos. Está situada em Montes Claros (MG);

- FK ENGENHARIA E SERVIÇOS

Especializada em engenharia, com expertise em serviços comerciais e técnicos para concessionárias de energia, construção e manutenção de linhas de transmissão, redes de distribuição, subestações e iluminação pública, e outros. Está situada em Vila Velha (ES);

- CONTROL CONSTRUÇÕES

Especializada em construção e prestação de serviços no setor elétrico. Está situada em João Pessoa (PB);

2.4.5. Parâmetros de Comercialização no cenário Recuperacional

- 2.4.5.1- Aspectos de Compras:** Considerando a atual situação vivenciada pela Recuperanda, 95% das compras serão realizadas à vista, até a homologação deste Plano, quando se projeta uma sensível retomada do crédito. A empresa, no entanto, manterá maior parte das compras com predominância a vista, estimando condições de pagamentos em 90% a vista e 10% a prazo, com prazos médios de pagamentos de 30 dias. Isto se dará em razão de se obter melhores condições negociais e por questões pertinentes a concessão de crédito durante e pós recuperação judicial. Antes do período de crise, a empresa atuava com percentuais de compras de forma quase inversa, ou seja, 100% a prazo, com prazos médios de até 45 dias. O departamento de compras está alocado formalmente na estrutura organizacional da Recuperanda e subordinada a Diretoria Administrativa.

- 2.4.5.2- Aspectos de Vendas:** O segmento atua com uma política de 100% a prazo de seu faturamento, tendo um prazo médio de recebimento de até 45 dias, em função dos prazos de execução, medição e pagamento mensal. Esta concessão de prazos é, na maioria dos casos, imposta já no edital da licitação (no caso de empresas públicas) ou negociação (no caso de empresas privadas). Por óbvio esta política será mantida durante e pós o processo recuperacional do negócio, assim compondo todas as projeções de caixa.
- 2.4.5.3- NCG:** É importante ressaltar que a necessidade de compras estruturadas em aproximadamente 90% a vista em função de melhores condições negociais e principalmente pela situação do processo de recuperação judicial, acrescido de vendas com recebimento a prazo, gera expressiva necessidade de capital de giro para a viabilidade da operação. Destaca-se ainda o expressivo custeio no 1º ano de um contrato obtido, principalmente com formação de equipes, aquisições de mobilizado e outras despesas operacionais que elevam substancialmente o NCG. Este montante, o qual será demonstrado a seguir nas planilhas financeiras, passa a ser um dos fatores essenciais para viabilizar a recuperação da empresa, razão pela qual a captação de instituições financeiras como “credores apoiadores” é fundamental para o processo de soerguimento e contará com estímulo através da criação de subclasse de credores parceiros.
- 2.4.5.4- Comissões:** Não há comissões para o setor em razão da natureza do negócio, que são captados através de licitação pública ou carta convite, operado por equipe interna e que recebem remuneração fixa.
- 2.4.5.5- Sazonalidades:** Em função da natureza do negócio não há sazonalidades quanto a demandas, visto que as ofertas são geradas pontualmente, porém durante todos os períodos do ano.
- 2.4.5.6- Força de Vendas:** Nas contratações de serviços a Recuperanda mantém uma equipe de trabalho interna com profissionais que monitoram as publicações de editais e/ou cartas convites, principalmente por meio de sites específicos de licitações. No caso de demandas privadas há ainda, quando necessário, prospecções que são realizadas diretamente pelo núcleo comercial da empresa, com participação direta do sócio Maurilio Gratão – o qual possui um alto nível de relacionamento e expertise neste segmento.
- 2.4.5.7- Fluxo sintético do processo licitatório e carta convite:** Monitoramento da publicação dos editais ou recebimento de cartas convites → filtro → análise técnica, preços e demais critérios → Elaboração, Análise de Viabilidade e Aprovação de Orçamento e Proposta → montagem do processo → participação da concorrência → no caso de

êxito, assinatura do contrato, planejamento e mobilizações → execução → recebimento por serviço medido mensalmente.

2.4.5.8- Sistemática de Marketing: As principais estratégias de marketing estão estruturadas em três pilares:

- a) **Produtos:** Segmentação de mercado, dedicado ao setor de distribuição de energia. A segmentação levou a empresa ao longo dos seus quase 26 (vinte e seis) anos a adquirir um expressivo acervo técnico, significativo diferencial competitivo para participar das licitações e cartas convites.
- b) **Preço:** Os preços têm como parâmetros as tabelas de preços publicados pelas Concessionárias de Energia Elétrica, bem como sua composição de custos incidentes, almejando uma média de 10% de lucratividade. O vencedor do processo licitatório é aquele que oferta o melhor preço, além do atendimento a outros critérios técnicos. Desta forma a margem de lucro almejada pode ser reduzida estrategicamente para êxito da referida concorrência. Com relação a negócios frente a iniciativa privada, os parâmetros são bem similares, porém sem a ocorrência através de licitação (e sim por cotação).
- c) **Distribuição:** A empresa já esteve presente em 08 estados da Federação e está apta a atender todo o país através de processos flexíveis, que a permite atuar em locais diversos, como um vasto cadastro de fornecedores localizados em diversas unidades da federação, permitindo uma logística eficiente de abastecimento de insumos. Mesmo durante o período de soerguimento, a Recuperanda estima manter uma estrutura adequada de fornecedores parceiros, que atenderão a empresa nesta etapa cíclica de recuperação.

2.5. Diferenciais Competitivos

Os principais diferenciais competitivos da Recuperanda são:

- a) Acervo Técnico. A empresa possui um acervo técnico robusto, contemplando serviços e obras relevantes ao país, executadas ao longo de seus quase 26 (vinte e seis) anos de atuação. Este fator é expressivamente concorrencial, permitindo o acesso e atendimento a pré-requisitos de diversas modalidades de demandas comerciais.
- b) Dedicação e presença constante no negócio por parte de seus sócios, que apresentam expressiva experiência no setor de energia elétrica.
- c) Mão de obra qualificada. A maior parte dos responsáveis técnicos da Recuperanda trabalha há anos na empresa. Apesar de um índice de turnover/rotatividade

representativo de empregados, a empresa consegue manter uma equipe base qualificada e integrada aos seus propósitos e contratos vigentes. O investimento em qualificação é uma constantemente na empresa.

- d) Marca: Possui uma marca expressivamente bem-posicionada no setor, normalmente associada a preceitos de qualidade, além do reconhecido volume de serviços prestados.
- e) Possui certificação de qualidade ISO 9001/2015.

2.6. Breve análise econômica do setor

2.6 – PANORAMA ECONÔMICO DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA.

2.6.1 – Principais Crises Econômicas / Estruturantes do Brasil nos últimos 15 Anos.

- Crise Financeira de 2007-2008:

A grande crise financeira iniciada em 2007, trouxe consequências drásticas para a economia mundial com a quebra de várias instituições financeiras sistematicamente importantes e causou uma recessão global gerando altas taxas de desemprego.

Importantes mudanças foram feitas nos principais bancos centrais desde então. Após a crise internacional, a taxa de crescimento de países latino-americanos caiu 0,5% a.a. No Brasil, essa queda foi de 2%.

O contágio da crise financeira sobre a economia brasileira, a partir de setembro de 2008, foi bastante agudo e rápido: saída de capitais estrangeiros aplicados em bolsa; redução da oferta de crédito externo para bancos e firmas; aumento das remessas de lucros e dividendos por parte de subsidiárias de empresas multinacionais; retração do mercado de crédito doméstico e “empocamento” de liquidez no mercado interbancário.

Para tentar manter a economia aquecida em meio à crise, o governo brasileiro adotou uma série de medidas, como redução dos impostos para estimular o consumo, congelou preços do petróleo, **subsidiou as tarifas de energia** e ampliou as desonerações.

- Crise de 2014 a 2017:

A profundidade da recessão de 2014/2017 é o resultado de um conjunto de choques de oferta e de demanda. Os diversos choques foram ocasionados em detrimento da adoção da Nova Matriz Econômica (NME).

A partir de 2011/2012, o Brasil incorporou a chamada NME. Uma das políticas da NME foi a redução da taxa de juros básica da economia em 2012 em momento de aceleração da taxa de inflação. A mudança monetária fez que a taxa de inflação acelerasse (e permanecesse em nível elevado) e reduziu a credibilidade do Banco Central, elevando o custo de combate à inflação.

Um instrumento importante na implementação de estímulos governamentais foi a expansão do balanço do BNDES. A política visava a constituição/criação de campeões nacionais e a escolha de

setores estratégicos que receberam fortes subsídios como a indústria automobilística e subsídios e proteção (na forma de conteúdo nacional e sobre preço) no caso da indústria naval.

A Petrobrás era outro instrumento importante nessa política de desenvolvimento de setores estratégicos. A empresa passou a ser responsável por um ambicioso plano de instrumento em exploração e produção (pré-sal) e na área de refino. Resultado dessa estratégia foi a elevação substancial da importância da Petrobrás que chegou a representar 10% de todo o investimento do país.

Parte da estratégia de ampliar a importância da Petrobras englobou a mudança do bem-sucedido marco regulatório do petróleo. Substituiu-se o sistema de concessão pelo sistema de partilha das áreas do pré-sal. O objetivo era utilizar o petróleo para estimular a construção de uma indústria petrolífera de máquinas e equipamentos nacional. Nesse sentido, foram estimuladas a criação de empresas e a reestruturação de estaleiros. No entanto, essa política não apresentou os resultados esperados.

Essa política utilizou recursos públicos de forma exagerada e ocasionou em elevação da taxa de investimento doméstica no período. No entanto, a elevação do investimento não veio acompanhada de crescimento econômico, mas sim de redução da produtividade total dos fatores (PTF), reduzindo a capacidade de crescimento da economia no período.

Simultaneamente à elevação na demanda de investimento por parte da Petrobras, houve controle do preço de seus derivados. O controle de preços de combustíveis afetou a Petrobras que vendia gasolina no mercado doméstico a um preço inferior ao que comprava no mercado internacional. Essa política resultou em perdas superiores a R\$ 50 bilhões, reduzindo de forma substancial o caixa da empresa.

O controle de preços com a elevação dos investimentos elevou seu endividamento sem o respectivo aumento da produção (cresceu cerca de 25%) e geração de caixa. A relação dívida líquida/caixa subiu de 1 em 2010 para 4,6 em 2015, elevando o custo de captação da empresa devido à elevação de seu risco.

A intervenção do setor energético não correu somente na Petrobras, mas também no setor elétrico de forma geral. Os efeitos da forte seca de 2012/2013 foram amplificados por erros da política energética do governo que reduziu as tarifas de energia em 2013 elevando o consumo, em pleno período de escassez do principal insumo da matriz energética brasileira: água.

Para amplificar o problema, o governo deixou descontratadas as empresas geradoras de energia de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Isso obrigou a compra de energia no mercado à vista ao longo da crise, elevando o custo para as empresas distribuidoras.

Como essas não puderam repassar os preços, houve forte descapitalização delas que tiveram que bancar a diferença entre o preço da energia e seu custo. O controle de preços seria seguido de liberação dos preços a partir de 2015, gerando novo choque negativo sobre a economia devido ao realinhamento de preços. A dispersão e persistência desse choque de oferta fez que o Banco Central elevasse a taxa de juros para controlar a inflação.

O esgotamento da NME devido à perda de capacidade financeira do governo reduziu diversos investimentos da economia brasileira a partir de 2015, com a forte redução do investimento da Petrobras sendo um exemplo marcante. A crise de sustentabilidade fiscal que se seguiu elevou o risco

país, a taxa de juros de longo prazo e a incerteza, reduzindo consumo e investimento de forma substancial em 2015 e 2016. A recomposição de preços e a política monetária necessária para recolocar a inflação na meta também contribuíram para a recessão, principalmente devido à perda de credibilidade do Banco Central.

A partir do final de 2014 há uma nova reversão na trajetória da economia brasileira, observando-se uma forte redução nas vendas no mercado varejista.

Em 2015-2016 a economia sofreu uma série de choques – deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, **crise hídrica**, desvalorização da moeda, o aumento da taxa de juros Selic etc. – que contribuíram para reduzir ainda mais o crescimento econômico, que desacelerou acentuadamente para -3,6% em média no período. Vários outros efeitos secundários aprofundaram a recessão como o aumento da taxa de juros, aumento do desemprego, a queda da renda, a contração do mercado de crédito e a redução dos investimentos públicos.

Devido ao reajuste de preços monitorados (energia, petróleo) e o choque causado pela forte desvalorização cambial (taxa de câmbio quase duplicou desde meados de 2014 e final de 2015), o IPCA passou de 6,4% a.a. em 2014 para 10,7% a.a. em 2015. A combinação de recessão com o aumento das taxas de juros causou uma enorme desaceleração da oferta de crédito, que acabou resultando em um “credit crunch”.

- Crise da Pandemia da Covid-19:

De fevereiro a março de 2020, percebeu-se os primeiros choques de oferta e de demanda. Houve desaceleração da economia chinesa, epicentro do surgimento da doença, e, posteriormente, na Europa, o primeiro e terceiro principais parceiros comerciais do Brasil.

No mês de março de 2020, foram adotadas medidas de isolamento social implementadas com o intuito de desacelerar a taxa de contaminação da população e, conseqüentemente, evitar o colapso do sistema de saúde.

O governo brasileiro previa que os impactos do COVID-19 na economia brasileira seriam redução das exportações, queda no preço de commodities e, conseqüentemente, piora nos termos de troca, interrupção da cadeia produtiva de alguns setores, queda nos preços de ativos e piora das condições financeiras, e redução no fluxo de pessoas e mercadorias.

Na medida em que a incerteza sobre o cenário econômico se espalhava, investimentos e o consumo de bens e serviços foram postergados ou cancelados, tanto internamente, quanto externamente, uma vez que a redução da atividade econômica em outros países impactou negativamente no volume e no preço das exportações brasileiras.

A redução do comércio provocou um desencadeamento na economia, pela redução da produção e jornada de trabalho, demissão de trabalhadores, aumento de falências e retração da oferta de crédito pelo setor bancário, devido à ampliação do risco do investimento.

De abril a julho de 2020, as restrições de circulação de pessoas e de isolamento social impostas pelos municípios e estados, com o intuito de conter o avanço do vírus, provocaram impactos diretos no emprego e renda da população.

Os trabalhadores informais foram atingidos primeiramente pela crise, os formais, mantiveram seus empregos por algum período devido aos custos de demissão e de contratação que as empresas teriam que incorrer.

Contudo, as micro e pequenas empresas foram as mais afetadas, visto que apresentaram dificuldades na gestão de caixa. Os setores mais afetados foram os de alimentação fora de casa, turismo e de transporte.

Os impactos econômicos da Covid-19 foram especialmente severos nas economias emergentes, onde as perdas de renda causadas pela pandemia revelaram e agravaram fragilidades econômicas preexistentes.

À medida que a pandemia avançava em 2020, ficou claro que muitas famílias e empresas não estavam preparadas para resistir a um choque de renda de tamanha escala e duração.

Estudos baseados em dados pré-crise indicam, por exemplo, que mais de 50% das famílias — tanto em economias emergentes quanto em avançadas — não tinham capacidade financeira para sustentar seus gastos básicos por mais de três meses caso sofressem perdas de renda.

Da mesma forma, as reservas de caixa das empresas médias eram suficientes para cobrir menos de 55 dias de despesas. Muitas famílias e empresas em economias emergentes já estavam sobrecarregadas com níveis de dívida insustentáveis antes da crise e passaram a enfrentar dificuldades maiores para honrar as suas dívidas quando a pandemia e as medidas de saúde pública associadas a ela provocaram um declínio acentuado na renda das famílias e nas receitas das empresas.

A crise gerou impactos dramáticos na pobreza e na desigualdade globais. A pobreza global aumentou pela primeira vez em uma geração, e as perdas desproporcionais de renda entre as populações desfavorecidas levaram a um aumento drástico da desigualdade entre os países e dentro deles.

De acordo com dados de uma pesquisa do Banco Mundial divulgada em 2021, entre os trabalhadores com apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental, o desemprego temporário aumentou em 70% de todos os países em 2020.

As perdas de renda também foram maiores entre jovens, mulheres, trabalhadores autônomos e trabalhadores temporários com níveis mais baixos de escolaridade. As mulheres, em particular, sofreram mais perdas de renda e emprego porque, em geral, trabalhavam nos setores mais afetados por medidas de lockdown e distanciamento social.

Padrões semelhantes são observados no caso das empresas. As empresas menores, informais e com acesso mais limitado ao mercado formal de crédito foram as mais afetadas pelas perdas de renda decorrentes da pandemia. As empresas maiores entraram na crise com capacidade para cobrir suas despesas por até 65 dias, em comparação a 59 dias para empresas de médio porte, e 53 e 50 dias para pequenas e microempresas, respectivamente.

Além disso, as micro, pequenas e médias empresas estavam sobrerrepresentadas nos setores mais afetados pela crise, tais como hospedagem e alimentação, varejo e serviços pessoais.

No curto prazo, as respostas governamentais à pandemia foram extraordinariamente rápidas e abrangentes. Os governos adotaram muitas ferramentas de políticas totalmente novas, ou que nunca haviam sido usadas nessa escala em economias emergentes.

Alguns exemplos são as amplas medidas de apoio direto à renda, as moratórias da dívida e os programas de compra de ativos por bancos centrais. Esses programas variaram muito em magnitude e escopo, em parte porque muitos países de renda baixa enfrentavam dificuldades para mobilizar recursos devido ao acesso limitado aos mercados de crédito e aos altos níveis de dívida pública pré-crise.

Como resultado, a magnitude da resposta fiscal à crise — como porcentagem do produto interno bruto (PIB) — foi quase uniformemente ampla nos países de renda alta e uniformemente limitada ou inexistente nos países de renda baixa. Nos países de renda média, a resposta fiscal variou significativamente, refletindo diferenças marcantes na capacidade (ou disposição) dos governos de investir em programas de apoio.

2.6.2 - O Setor Elétrico Hoje no Brasil

Historicamente, o setor de energia do Brasil era dominado por grandes empresas públicas, verticalmente integradas e pertencentes ao grupo federal Eletrobras ou aos governos estaduais.

Esse modelo foi responsável pela realização de investimentos importantes, incluindo as grandes usinas hidrelétricas de Itaipu (14 GW) e Tucuruí (8,4 GW), bem como o estabelecimento de uma ampla rede de transmissão e distribuição.

Quando a crise da dívida atingiu o País no final dos anos 1980, o modelo se tornou insustentável e uma ampla reforma foi introduzida em meados dos anos 1990, incluindo a liberalização da geração e comercialização de eletricidade e a abertura do setor ao investimento privado e estrangeiro.

O modelo de mercado liberalizado não foi capaz de assegurar investimentos suficientes na expansão do setor, conduzindo o País a uma crise energética severa em 2001-2002, que desencadeou uma nova transformação setorial.

A segunda reforma, que resultou no Novo Marco Regulatório em 2004, buscou solucionar os sinais distorcidos do mercado relacionados à expansão de capacidade que contribuíram para a crise. A reforma resultou em uma completa desagregação do setor, ou seja, a separação entre geração, transmissão e distribuição. Devido à forte oposição social e política, o processo de privatização previsto na década de 1990 foi suspenso, mas o Novo Marco Regulatório forneceu incentivos para investimentos privados em geração, transmissão e distribuição, e resultou em um forte aumento de Produtores Independentes de Energia Elétrica (PIE).

Todavia, um novo capítulo na história do setor elétrico iniciou-se com a Medida Provisória 579, de setembro de 2012. Nessa MP, posteriormente convertida na Lei 12.783/2013, empresas geradoras e transmissoras puderam renovar antecipadamente seus contratos de concessão desde que seus preços fossem regulados pela ANEEL.

Principalmente devido à regulação dos preços das geradoras que aceitaram os termos da MP, observou-se significativa mudança no contexto institucional do setor elétrico: empresas geradoras que outrora atuavam em ambiente competitivo passaram a ter seus preços regulados, da mesma forma que já ocorria com as distribuidoras e transmissoras, consideradas monopólios naturais.

Com efeito, de forma sintética, o setor elétrico brasileiro é atualmente caracterizado por:

- Desverticalização da indústria de energia elétrica, com segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição;
- Coexistência de empresas públicas e privadas;
- Planejamento e operação centralizados;
- Regulação das atividades de transmissão e distribuição pelo regime de incentivos, ao invés do “custo do serviço”;
- Regulação da atividade de geração para empreendimentos antigos;
- Concorrência na atividade de geração para empreendimentos novos;
- Coexistência de consumidores cativos e livres;
- Livres negociações entre geradores, comercializadores e consumidores livres;
- Leilões regulados para contratação de energia para as distribuidoras, que fornecem energia aos consumidores cativos;
- Preços da energia elétrica (*commodity*) separados dos preços do seu transporte (uso do fio);
- Preços distintos para cada área de concessão, em substituição à equalização tarifária de outrora;
- Mecanismos de regulação contratuais para compartilhamento de ganhos de produtividade nos setores de transmissão e distribuição.

Atualmente, o sistema elétrico brasileiro se caracteriza por ser um grande sistema interligado que permite a troca da energia produzida em todas as regiões, com exceção dos sistemas isolados, localizados principalmente na região Norte.

O trânsito de energia é possível graças ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é uma vasta rede de transmissão com mais de 100 mil quilômetros (km) de extensão; no entanto que os sistemas isolados têm sido gradualmente conectados, ao longo do tempo, e hoje representam apenas cerca de 2% de todo o sistema.

No que concerne à sua estrutura, o setor elétrico se articula entre os geradores, que produzem a energia, os transmissores, que a transportam até aos centros de consumo, e as distribuidoras que distribuem, a energia para o consumidor final.

No setor elétrico brasileiro, a separação entre distribuição e comercialização ainda é muito tênue, porém os consumidores livres têm ganhado cada vez mais espaço.

No Brasil, 76% da energia é gerada por hidrelétricas mas observa-se um crescimento da geração de fontes termelétricas, sobretudo provenientes do gás natural.

Já o segmento de transmissão é aquele que se encarrega de transportar grandes quantidades de energia provenientes das usinas geradoras.

No Brasil, esse segmento conta com 156 concessionárias licitadas, responsáveis pela administração e operação de aproximadamente 145 mil quilômetros de linhas de transmissão espalhadas pelo país, conectando os geradores aos grandes consumidores ou, como é o caso mais comum, às empresas distribuidoras. No Brasil, o segmento de transmissão é aquele que se caracteriza por operar linhas em tensão elétrica superior a 230 mil Volts.

O segmento de distribuição, por sua vez, é aquele que recebe grande quantidade de energia do sistema de transmissão e a distribui de forma pulverizada para consumidores médios e pequenos (varejo). Existem também unidades geradoras de menor porte, normalmente menores do que 30 MW, que injetam sua produção nas redes do sistema de distribuição. No Brasil, esse segmento é composto por 53 concessionárias, as quais são responsáveis pela administração e operação de linhas de transmissão de menor tensão (abaixo de 230 mil Volts), mas principalmente das redes de média e baixa tensão, como aquelas instaladas nas ruas e avenidas das grandes cidades. É a empresa distribuidora quem faz com que a energia elétrica chegue às residências e pequenos comércios e indústrias.

A transmissão e a distribuição de energia, no Brasil, têm seus preços regulados pela ANEEL, que é a agência reguladora do setor. Desse modo, essas empresas não são livres para praticar os preços que desejam, inserindo-se no contexto dos contratos de concessão, que usualmente contam com mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria agência reguladora.

O último segmento, qual seja o de comercialização de energia é relativamente novo, tanto no Brasil quanto no mundo. Seu surgimento está relacionado com a reestruturação do setor elétrico, ocorrida na década de 1990, e seu papel muito mais relacionado ao contexto econômico e institucional do que propriamente ao processo físico de produção e transporte da energia. Atualmente, existem aproximadamente 270 agentes de comercialização de energia elétrica no Brasil, muitos deles atuando como intermediários entre usinas e consumidores livres.

O sistema elétrico brasileiro é, atualmente, o maior da América Latina e ocupou a oitava posição na lista dos maiores mercados de geração elétrica no mundo em 2017, apenas atrás de China, Estados Unidos, Índia, Rússia, Japão, Canadá e Alemanha (MME-EPE, 2020a; IEA, 2020).

Em média (2012-2019), a geração de energia elétrica no Brasil gira em torno de 586 TWh, sendo que, em 2019, alcançou 626,3 TWh em centrais de serviço público e autoprodutores, representando 4,1% de aumento em relação ao ano de 2018 (MME-EPE, 2020a).

De acordo com o Balanço Energético Nacional 2020 (ano base 2019), mais de 80% da oferta interna de eletricidade do país é derivada de fontes renováveis, em especial para a fonte hídrica com 64,9% da oferta interna (MME-EPE, 2020a).

É importante ainda destacar que o Brasil é o terceiro país com maior geração hidrelétrica do mundo, com aproximadamente 378 TWh (2012-2017) gerados por ano (MME-EPE, 2020a). Em 2019, o país atingiu os 367 TWh, representando 9,3% da geração hidrelétrica mundial (MME-EPE, 2020a).

Já em 2021 a capacidade instalada de geração de eletricidade no Brasil foi expandida em 3,9% em relação a 2020, com a contribuição majoritária da geração hidráulica.

O Brasil ocupa a sétima posição em capacidade instalada de geração de energia elétrica no mundo, com uma média (2012-2019) de 145.300 MW, tendo alcançado 170.118 MW para o ano de 2019, o que representou um acréscimo de 7.278 MW em comparação ao ano anterior (MME-EPE, 2020a).

O Brasil é o 3º país em capacidade instalada para a hidroeletricidade no mundo, com uma média de aproximadamente 360.000 MW, tendo atingido 397.877 MW em 2019 (MME-EPE, 2020a).

Entre as fontes hidrelétricas, as usinas hidrelétricas são aquelas com maior representatividade, em torno de 60% (MME-EPE, 2020a).

Os leilões centralizados são a principal forma de contratação de nova capacidade de geração pelas distribuidoras no Brasil.

A hidroeletricidade foi aquela com maior preço médio entre 2016 e 2020. No período, o preço médio, em dólar por MWh, da geração de energia hidrelétrica no Brasil se manteve entre 35 e 45 dólares/MWh.

A média da extensão das linhas elétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN) é de 108.954 km, sendo que, em 2019, chegou aos 141.888 km, com um aumento percentual de 6,6%, frente ao ano anterior (EPE, 2020). É possível afirmar que o acesso à eletricidade no Brasil é universal, alcançando aproximadamente 99,8% da população.

Em 2020, o consumo médio de energia dos domicílios brasileiros foi de 152,2 KWh/mês, com uma grande variação entre as regiões.

Em 2021, a tarifa média no Brasil era de R\$0,602/KWh (US\$ 0,121/KWh) com base na informação oficial da ANEEL. As perdas totais de energia foram estimadas em 13,4% em 2019, sendo 6,4% relativo a perdas comerciais e 7,3% a perdas técnicas. A média de perdas (2011-2020) é de 33.833 KWh, alcançando 33.990 KWh em 2020, o que representou um aumento de 8,4% em relação a 2019.

○ Capacidade Instalada de Energia Elétrica no Brasil.

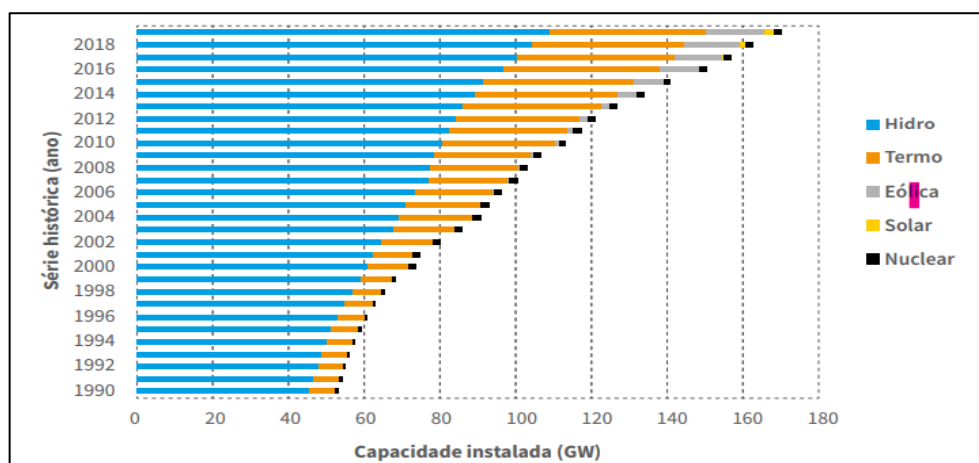
A capacidade instalada de energia elétrica do Brasil tem aumentado ao longo dos anos, em valores brutos, para as fontes hidráulica, térmica, eólica, solar e nuclear.

Considerando o período entre 1990 e 2019, observa-se que este último, o Brasil atingiu a marca de 170,1 GW, com crescimento maior da fonte solar de 2018 para 2019.

Entre as fontes energéticas, observa-se a predominância da fonte hidráulica com crescimento em torno de 2% a 5% nas últimas duas décadas.

Apesar disso, proporcionalmente, sua participação tem diminuído desde o final da década de 1990, principalmente por causa do aumento da representatividade das fontes térmicas e eólica.

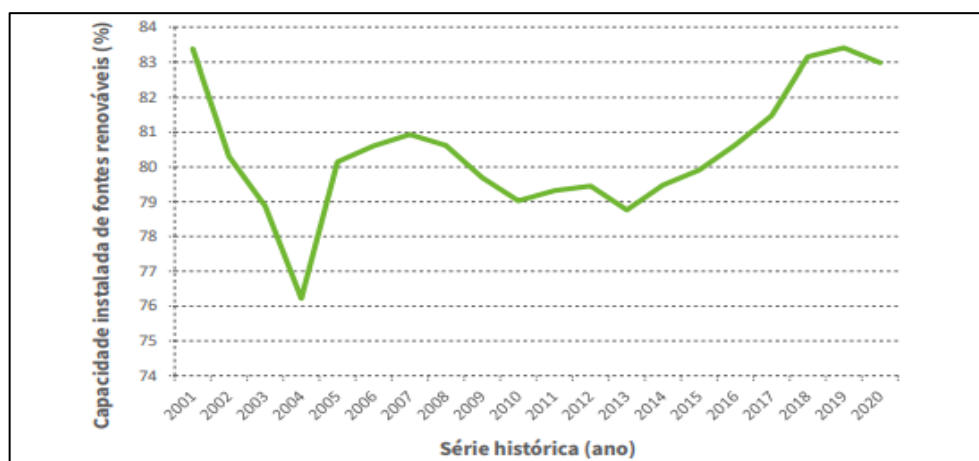
Histórico da capacidade instalada do Brasil por fonte energética, em GW, de 1990 a 2019.



Fonte: EPE (2022).

A capacidade instalada no Brasil é predominantemente renovável, com uma proporção em torno de 80%, de 2001 a 2020, considerando a razão entre capacidade instalada de fontes renováveis (hídrica, biomassa, eólica e solar) por capacidade instalada total, alcançando a porcentagem de 83% em 2020.

Histórico da razão entre a capacidade instalada de fontes renováveis (hídrica, biomassa, eólica e solar) e a capacidade instalada total no Brasil, de 2001 a 2020.



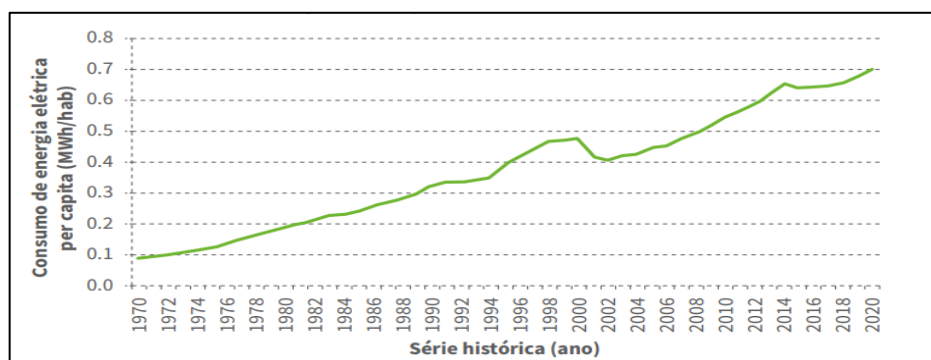
Fonte: EPE (2022).

○ Consumo de Energia Elétrica no Brasil.

O consumo de energia elétrica no Brasil tem aumentado ao longo dos anos, alcançando o total de 482 TWh em 2019, o que representou um crescimento de 1,6% em relação a 2018. O consumo de energia elétrica per capita tem aumentado gradativamente ao longo do tempo até 2000, quando houve o racionamento de energia elétrica no país em 2001.

Passada a crise, o consumo voltou a crescer em 2003, mas o consumo de 2004 foi próximo ao final da década de 1990. Entre 2014 e 2017, houve uma nova queda no consumo per capita, associado a um acúmulo de alta na tarifa média da energia elétrica para os consumidores residenciais brasileiros, que alcançou uma taxa de 31,5% no país durante esse intervalo. Em 2019, a taxa chegou a aproximadamente 0,7 MWh/habitante.

Consumo de energia elétrica per capita no Brasil, em MWh por habitante, de 1970 a 2019 no setor residencial.

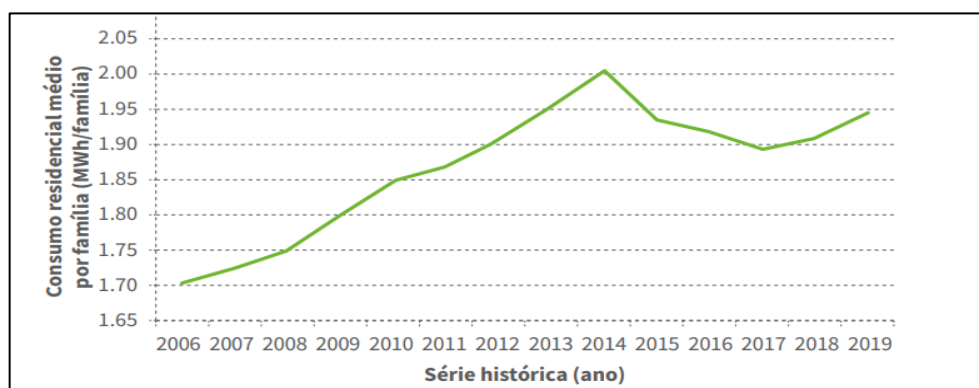


Fonte: EPE (2022).

Entre os consumidores residenciais, o consumo médio por família, em MWh por família, aumentou gradativamente de 2006 a 2014, quando se atingiu o ápice de 2 MWh/família. Entretanto, tal consumo diminuiu de 2015 a 2017 (1,90 MWh/família), principalmente devido ao aumento tarifário resultante da implementação do sistema de bandeiras tarifárias em 2015.

O sistema de bandeiras tarifárias surgiu em meio à crise hídrica vivida no país entre 2014 e 2016 como uma solução para repassar ao consumidor final o custo adicional de geração de energia elétrica em função das condições dos reservatórios das hidrelétricas. De 2017 a 2019, o consumo passou a aumentar novamente (1,95 MWh/família em 2019).

Consumo residencial médio por família, em MWh por família, no Brasil de 2006 a 2019.

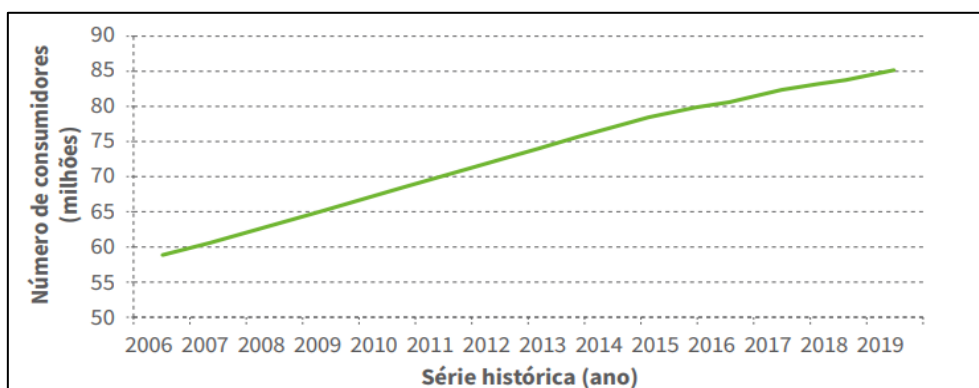


Fonte: EPE (2022).

O forte aumento do consumo de eletricidade per capita e por PIB é justificado principalmente pelo crescimento econômico do país e pela universalização da energia elétrica. Destaca-se ao programa do governo federal LUZ PARA TODOS, instituído pelo Decreto nº 4.873/2003. Neste Programa, as regiões mais beneficiadas, em número de ligações e na quantidade de pessoas atendidas, foram a Norte e Nordeste.

Neste contexto, é importante citar que o número de consumidores no Brasil também tem aumentado ao longo dos anos, de maneira quase constante, partindo de cerca de 60 milhões de pessoas em 2006 para 85 milhões em 2019. Desses, a maioria encontra-se na região Sudeste do Brasil (aproximadamente 50% dos consumidores).

Número de consumidores, em milhões, de energia elétrica no Brasil, de 2006 a 2019.



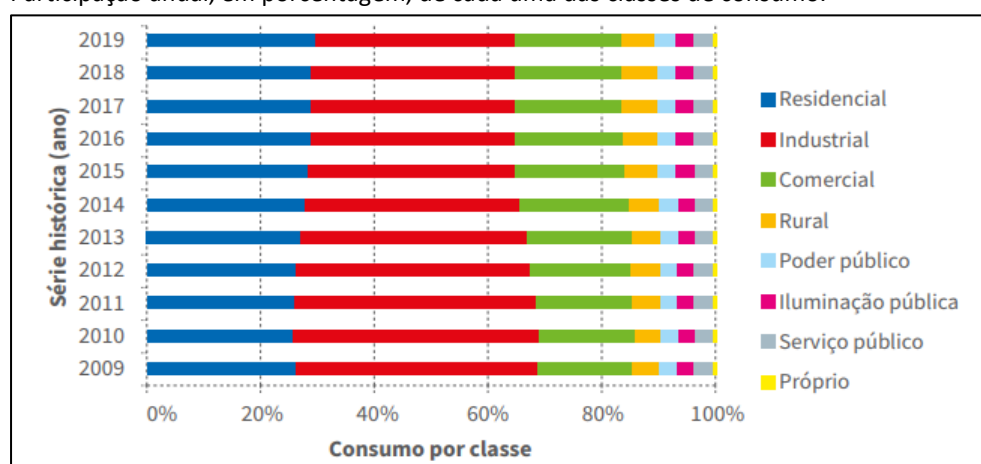
Fonte: EPE (2022).

De maneira geral, a classe Industrial é aquela que mais consome energia elétrica no Brasil, seguida do setor residencial e da comercial. Somadas, estas três classes são responsáveis por cerca de 80% do consumo elétrico.

Já as classes rural, poder público, iluminação pública, serviço público e autoconsumo quase não apresentaram variação ao longo dos anos (2009-2019).

Dentre as classes de consumo, a única que sofreu redução de 2018 a 2019 foi a Industrial, com queda de 8,9%. Para o mesmo período, as maiores taxas de crescimento foram para classes pouco expressivas em número de consumidores (Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio).

Participação anual, em porcentagem, de cada uma das classes de consumo.



Fonte: EPE (2022).

2.6.3 O Setor de Distribuição de Energia no Brasil Hoje

O sistema de distribuição de energia é aquele que se confunde com a própria topografia das cidades, ramificado ao longo de ruas e avenidas para conectar fisicamente o sistema de transmissão, ou mesmo unidades geradoras de médio e pequeno porte, aos consumidores finais da energia elétrica.

Teve sua separação e impedimento de verticalização com a geração e transmissão de energia pela Lei nº 10.848 de 2004. As informações acerca da desverticalização do setor elétrico são encontradas na legislação referente à Lei das Concessões e em vários outros regramentos jurídicos, que disciplinaram todos os processos de modernização do Sistema Elétrico no Brasil.

O processo de desestatização das distribuidoras brasileiras faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com o objetivo de reforçar a coordenação das políticas de investimentos em infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado.

A Resolução CPPI nº 20, posteriormente alterada pelas Resoluções CPPI nº 28 e nº 29, aprovou as condições para a transferência do controle acionário nas empresas Eletrobras Distribuição Acre (Eletroacre), Eletrobras Distribuição Alagoas (Ceal), Eletrobras Distribuição Amazonas (Amazonas Energia), Eletrobras Distribuição Piauí (Cepisa), Eletrobras Distribuição Rondônia (Ceron) e Eletrobras

Distribuição Roraima (Boa Vista), de forma associada à outorga da concessão do serviço de distribuição de energia elétrica nas respectivas áreas por 30 anos.

Ao longo de 2018, a Eletrobras Distribuição Piauí foi leiloada em 26 de julho e teve seu controle acionário transferido à Equatorial Energia em 17 de outubro. No leilão realizado em 30 de agosto, a Eletrobras Distribuição Rondônia e a Eletrobras Distribuição Acre foram arrematadas pela empresa Energisa S/A e a Eletrobras Distribuição Roraima foi adquirida pelo consórcio Oliveira Energia e Atem.

O controle acionário da distribuidora de Rondônia foi transferido em 30 de outubro, e as distribuidoras do Acre e Roraima foram transferidas em 6 e 10 de dezembro, respectivamente. O certame da distribuidora de Alagoas aconteceu dia 28 de dezembro de 2018 e a transferência do seu controle acionário para a Equatorial Energia ocorreu no dia 18 de março. O leilão da Eletrobras Distribuição Amazonas foi realizado no dia 10 de dezembro e a transferência do controle acionário para o Consórcio Oliveira Energia e Atem aconteceu em 10 de abril de 2019.

Assim a conexão, o atendimento e a entrega efetiva de energia elétrica ao consumidor do ambiente regulado ocorrem por parte das distribuidoras de energia. A energia distribuída, portanto, é a energia efetivamente entregue aos consumidores conectados à rede elétrica de uma determinada empresa de distribuição, podendo ser rede de tipo aérea (suportada por postes) ou de tipo subterrânea (com cabos ou fios localizados sob o solo, dentro de dutos subterrâneos).

Do total da energia distribuída no Brasil, o setor privado é responsável pela distribuição de, aproximadamente, 60% da energia, enquanto as empresas públicas se responsabilizam por, aproximadamente, 40%.

Assim como ocorre com o sistema de transmissão, a distribuição é também composta por fios condutores, transformadores e equipamentos diversos de medição, controle e proteção das redes elétricas. Todavia, de forma bastante distinta do sistema de transmissão, o sistema de distribuição é muito mais extenso e ramificado, pois deve chegar aos domicílios e endereços de todos os seus consumidores.

As redes de distribuição são compostas por linhas de alta, média e baixa tensão. Apesar de algumas transmissoras também possuírem linhas com tensão abaixo de 230 kV, as chamadas Demais Instalações da Transmissão (DIT), grande parte das linhas de transmissão com tensão entre 69 kV e 138 kV são de responsabilidade das empresas distribuidoras. Essas linhas são também conhecidas no setor como linhas de sub transmissão.

Além das redes de sub transmissão, as distribuidoras operam linhas de média e baixa tensão, também chamadas de redes primária e secundária, respectivamente. As linhas de média tensão são aquelas com tensão elétrica entre 2,3 kV e 44 kV, e são muito fáceis de serem vistas em ruas e avenidas das grandes cidades, frequentemente compostas por três fios condutores aéreos sustentados por cruzetas de madeira em postes de concreto.

As redes de baixa tensão, com tensão elétrica que pode variar entre 110 e 440 V, são aquelas que, também afixadas nos mesmos postes de concreto que sustentam as redes de média tensão, localizam-se a uma altura inferior. As redes de baixa tensão levam energia elétrica até as residências e pequenos comércios/indústrias por meio dos chamados ramais de ligação. Os supermercados, comércios e indústrias de médio porte adquirem energia elétrica diretamente das redes de média

tensão, devendo transformá-la internamente para níveis de tensão menores, sob sua responsabilidade.

O Brasil contava, **em 2019**, com mais de **85 milhões** de “Unidades Consumidoras” (UC), termo que corresponde ao conjunto de instalações/equipamentos elétricos caracterizados pelo recebimento de energia elétrica em um só ponto de entrega, com medição individualizada e correspondente a um único consumidor. Do total de UCs brasileiras, 85% são residenciais.

Pode-se dizer, por fim, que o setor de distribuição é um dos mais regulados e fiscalizados do setor elétrico; além de prestar serviço público sob contrato com o órgão regulador do setor, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a própria Agência edita Resoluções, Portarias e outras normas para o funcionamento adequado do setor de Distribuição, sendo muito rigorosa com sua fiscalização.

Um exemplo são os Procedimentos de Distribuição (Prodist), o qual dispõe disciplinas, condições, responsabilidades e penalidades relativas à conexão, planejamento da expansão, operação e medição da energia elétrica. O *Prodist*, ainda, estabelece critérios e indicadores de qualidade para consumidores e produtores, distribuidores e agentes importadores e exportadores de energia.

Outro referencial para o setor de distribuição é a [Resolução 414 de 2010](#), a qual elucida, tanto para consumidores quanto para os demais agentes do setor, o que é a distribuição, conceitos-chave e normas de funcionamento, cobrança, atendimento, etc.

As distribuidoras de energia, assim como as transmissoras, não podem estabelecer seus próprios preços, pois são reguladas pelo Poder Concedente, representado pela ANEEL.

Isso se deve principalmente ao fato de as distribuidoras serem concessionárias do *serviço público* de distribuição de energia, signatárias de contratos de concessão que preveem métodos regulatórios para o estabelecimento de preços aos consumidores.

O sistema regulatório aplicado à distribuição de energia no Brasil é do tipo preço-teto (*price-cap*), no qual o órgão regulador estabelece os preços máximos que podem ser aplicados por essas empresas.

Como ocorre também para as transmissoras, os mecanismos de regulação das Distribuidoras são basicamente a *revisão tarifária*, que incide periodicamente a cada três, quatro ou cinco anos, dependendo do contrato de concessão, e o *reajuste tarifário anual*, que se trata de correção monetária e compartilhamento de ganhos de produtividade.

- Relação e Ranking das Concessionárias de Distribuição de Energia no Brasil.

O Brasil conta com 53 concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, sendo que destas 40 possuem capital de origem privada.

BRASIL – EMPRESAS CONCESSONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
	EMPRESA	CAPITAL (ORIGEM)
1	ALIANÇA	Cooperativa Aliança
2	CELPA	Centrais Elétricas do Pará S/A
3	CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
4	CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
5	CHESP	Companhia Hidroelétrica São Patrício
6	COCEL	Companhia Campolarguense de Energia
7	COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
8	COSERN	Companhia Energética do Rio Grande do Norte
9	CPFL PAULISTA	Companhia Paulista de Força e Luz
10	CPFL PIRATININGA	Companhia Piratininga de Força e Luz
11	CPFL SANTA CRUZ	Companhia Luz e Força Santa Cruz
12	EDP ES	EDP ESPÍRITO SANTO – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
13	EDP SP	EDP SÃO PAULO – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
14	ELEKTRO	Elektro Eletricidade e Serviços S/A
15	ELETROPAULO	Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
16	ENEL CE	Enel Distribuição Ceará
17	ENEL-GO	Enel Distribuição Goiás
18	ENEL RJ	Enel Distribuição Rio
19	ENERGISA BO	Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A
20	ENERGISA MG	Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A
21	ENERGISA MS	Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A
22	ENERGISA MT	Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A
23	ENERGISA NF	Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A
24	ENERGISA PB	Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A
25	ENERGISA SE	Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A
26	ENERGISA SS	Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S/A
27	ENERGISA TO	Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A
28	FORCEL	Força e Luz Coronel Vivida Ltda.
29	IGUAÇU ENERGIA	Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.
30	JARI	Jari Energética S/A. – JESA
31	JOÃO CESA	Empresa Força e Luz João Cesa Ltda
32	LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S/A
33	MUXFELDT	Muxfeldt, Marin & Cia Ltda.
34	NOVA PALMA	Usina Hidroelétrica Nova Palma (UENPAL)
35	PANAMBI	Hidroelétrica Panambi S.A (HIDROPAN)
36	RGE	Rio Grande Energia S/A
37	RGE SUL	RGE SUL
38	SANTA MARIA	Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
39	SULGIPE	Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
40	URUSSANGA	Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda. (EFLUL)
41	DEMEI	Departamento Municipal de Energia de Ijuí
42	DMED	DME Distribuição S/A
43	ELETROCAR	Centrais Elétricas de Carazinho S/A
44	CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
45	CEB-D	CEB Distribuição S/A
46	CEEE-D	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
47	CELESC-D	Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A
48	CEMIG-D	CEMIG Distribuição S/A
49	CERR	Companhia Energética de Roraima
50	COPEL-DIS	Copel Distribuição S/A
51	ELETROBRAS AC	Eletrobras Distribuição Acre
52	ELETROBRAS AL	Eletrobras Distribuição Alagoas
53	ELETROBRAS AM	Eletrobras Amazonas Energia
54	ELETROBRAS PI	Eletrobras Distribuição Piauí
55	ELETROBRAS RO	Eletrobras Distribuição Rondônia
56	ELETROBRAS RR	Eletrobras Distribuição Roraima

Fonte: Abradee (2022).

Segundo o Balanço Energético Brasileiro, em 2021, a Cemig D, apresentou o maior consumo de energia elétrica.

Posicao	Distribuidora	Consumo (GWh)	Brasil (%)
1	CEMIG	55.820	11
2	ENEL_SP	38.481	8
3	CPFL PAULISTA	32.289	7
4	COPELDISTRIB	31.761	6
5	CELESC	27.227	6
6	LIGHT	23.775	5
7	COELBA	21.263	4
8	RGE	19.264	4
9	ELEKTRO	18.740	4
10	BANDEIRANTE	15.063	3

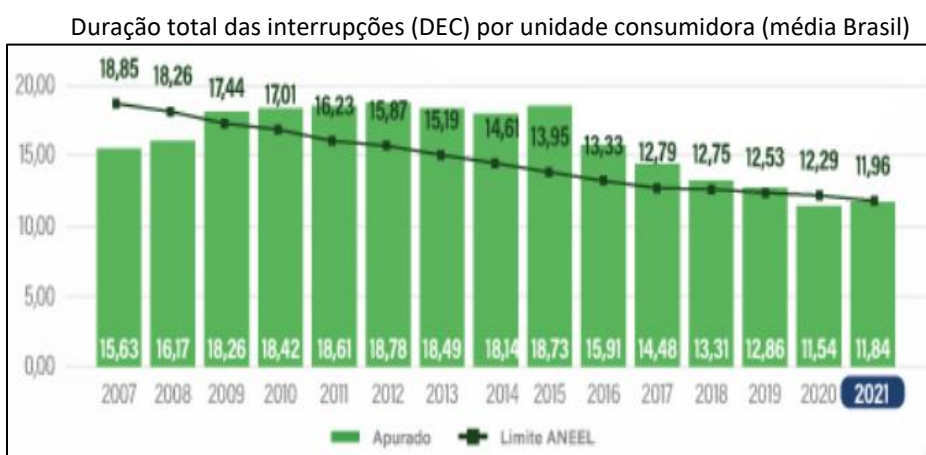
A qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica alcançou em 2021 o segundo melhor resultado da série histórica acompanhada desde 2000, conforme apontam os indicadores DEC e FEC apurados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O DEC global do Brasil permaneceu abaixo do limite estabelecido pela ANEEL. Já o FEC global alcançou o seu melhor desempenho histórico em 2021, também ficando abaixo do limite definido pela ANEEL. Ao longo de 2021, serviço de fornecimento de eletricidade permaneceu disponível por 99,865% do tempo, na média do Brasil.

Os consumidores ficaram 11,84 horas em média sem energia (DEC) no ano.

A frequência (FEC) das interrupções se manteve em trajetória decrescente, reduzindo de 6,06 interrupções em 2020 para 5,98 interrupções em média por consumidor em 2021.

O avanço observado nos últimos anos é resultado de diversas ações da ANEEL, tais como as novas regras de qualidade do fornecimento nos contratos de concessão das distribuidoras, a adoção de planos de resultados para as distribuidoras que apresentavam mau desempenho, as compensações financeiras aos consumidores, as fiscalizações da Agência e a definição de limites de interrupção decrescentes para as concessionárias.



Fonte: Aneel (2022).

Frequência das interrupções (FEC) por unidade consumidora (média Brasil)

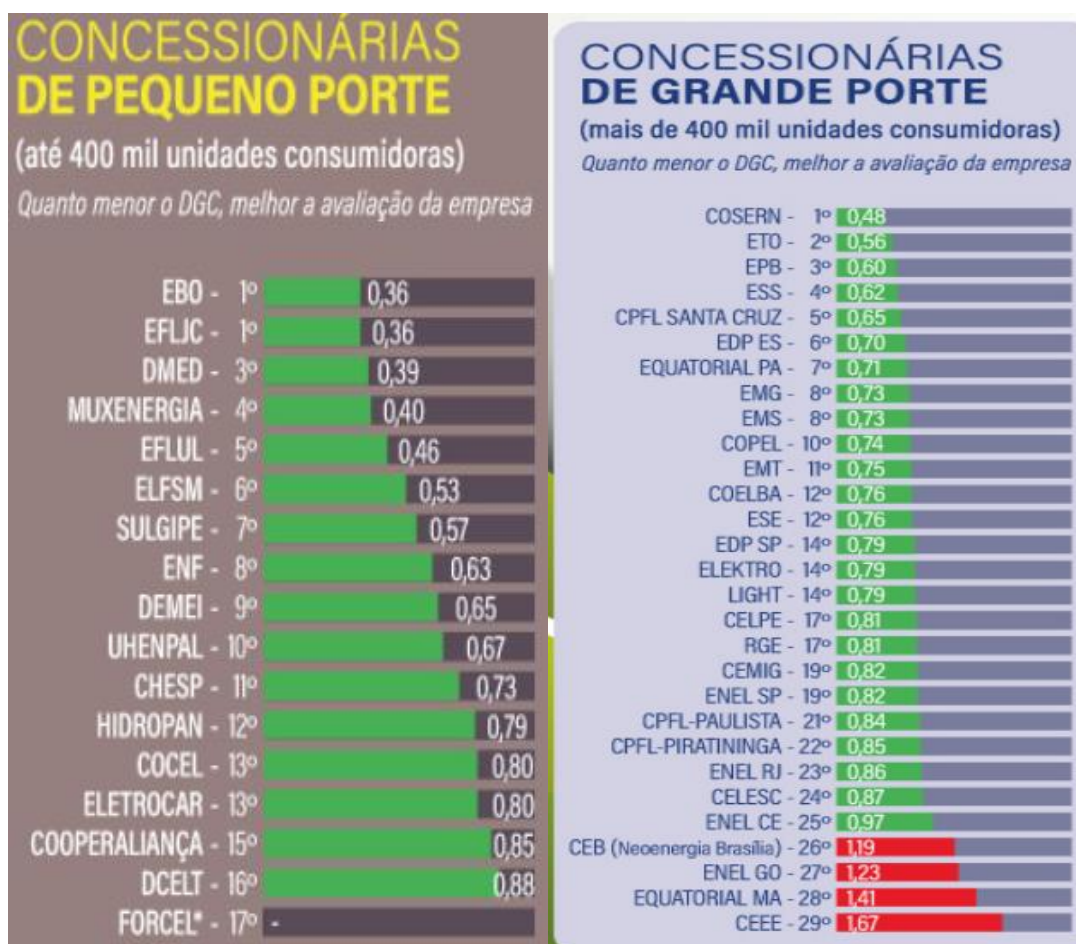


Fonte: Aneel (2022).

A Agência avaliou todas as concessionárias do país no período de janeiro a dezembro de 2021, divididas em dois grupos: concessionárias de grande porte (com número de unidades consumidoras maior que 400 mil); e concessionárias de menor porte (com o número de unidades consumidoras menor ou igual a 400 mil).

Das empresas de grande porte, a primeira colocada foi a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN, RN), seguida por Energisa Tocantins (ETO, TO) em segundo e Energisa Paraíba (EPB, PB) em terceiro. A distribuidora que mais evoluiu em 2021 foi a LIGHT, com um avanço de 10 posições, seguida por EPB e EDP SP, que melhoraram 8 posições em comparação ao ano de 2020. As últimas colocadas foram: ENEL GO (27º), EQUATORIAL MA (28º) e CEEE (29º). As concessionárias que mais regrediram no ranking foram a EQUATORIAL MA, que registrou queda de 20 posições, e a CELESC, com recuo de 9 posições em comparação a 2020.

Das empresas com até 400 mil consumidores, as melhores foram: Energisa Borborema (EBO, PB) e Empresa Força e Luz João Cesa (EFLJC, SC), empatadas em primeiro, seguidas pela DME Distribuição (DMED, MG) em terceiro. As distribuidoras que mais evoluíram em 2021 foram o DEMEI, com o avanço de 5 posições, e a SULGIPE, que melhorou 4 posições em comparação com o ano de 2020. As últimas nesse grupo foram COOPERALIANÇA (15º), DCELT (16º) e FORCEL (17º). As concessionárias que mais regrediram no ranking foram a DCELT, com recuo de 9 posições, e a MUXENERGIA, que caiu 3 posições em comparação a 2020.



- Programas do Governo Federal de Distribuição de Energia Elétrica.

De modo a levar energia elétrica à população que ainda não tem acesso a esse serviço público na zona rural, o Programa LUZ PARA TODOS foi criado pelo Decreto nº 4.873/2003, levando a melhorias nas condições de trabalho, nas instalações das escolas, e a postos de saúde, além de conforto domiciliar.

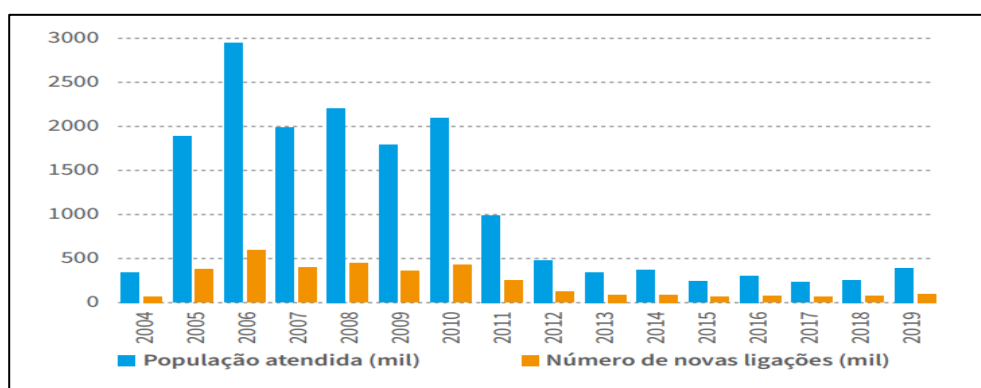
Além disso, o Programa contribui para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar; facilita a integração aos serviços públicos e aos programas sociais do governo federal; permite a melhoria do abastecimento de água, do saneamento básico, da saúde e da educação; possibilita a aquisição de eletrodomésticos e outros equipamentos elétricos para uso no meio rural pelas famílias; gera empregos; e favorece a permanência das pessoas no campo, com a melhoria da qualidade de vida.

O LUZ PARA TODOS é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, sendo que a Eletrobras é a responsável por assinar os contratos com as distribuidoras e permissionárias de energia elétrica, além de fiscalizar as obras do Programa. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é a responsável pela regulação e fiscalização das metas do Programa, enquanto as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação executam as obras. O LUZ PARA TODOS foi um dos grandes impulsionadores do crescimento quase que contínuo do consumo de energia elétrica na

zona rural. De 2004 a 2019, foram aproximadamente 16 milhões de pessoas atendidas e cerca de 3,5 milhões de ligações no âmbito do programa.

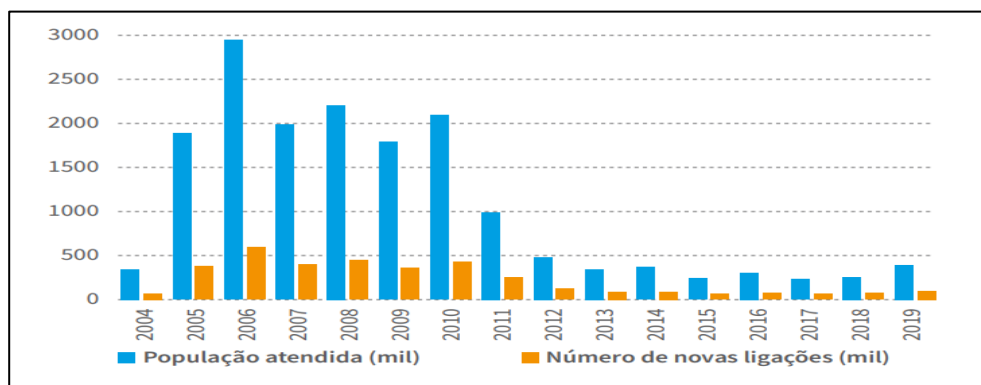
Em fevereiro de 2020, foi instituído o Programa Mais Luz para a Amazônia através do Decreto Nº 10.221/2020. O objetivo do Programa Mais Luz para a Amazônia é promover o acesso à energia elétrica para a população brasileira localizada nas regiões remotas dos estados da Amazônia Legal e consequentemente colaborar para o desenvolvimento social e econômico destas comunidades. Segundo Resolução Homologatória da Aneel nº 2.891/2021, o Programa Mais Luz para a Amazônia visa levar energia elétrica limpa e renovável a 219.221 famílias em sua maioria localizadas em comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

Número de novas ligações (mil) e população rural brasileira, em milhares, atendida pelo Programa Luz Para Todos.



Fonte: PNE (2022).

Número de novas ligações (mil) e população rural brasileira, em milhares, atendida pelo Programa Luz Para Todos.



Fonte: PNE (2022).

No âmbito do Luz Para Todos, de janeiro até agosto de 2022, segundo a Anel foram realizadas 45.404 ligações, o que representa 181 mil pessoas beneficiadas com o acesso à energia elétrica no meio rural brasileiro. A meta, até o final do ano, é atender 92 mil famílias, o que representa cerca de 320 mil cidadãos brasileiros que poderão usufruir dos benefícios gerados com a chegada da energia elétrica.

Com o objetivo de dar continuidade ao processo de universalização do acesso à energia elétrica no Brasil, o Governo Federal prorrogou o programa Luz para Todos para o final de 2026 e Mais Luz para Amazônia para 2030.

O setor elétrico brasileiro caminha para apresentar um crescimento muito significativo nas próximas décadas. Segundo o estudo realizado pelo “Observatório de Mercados de Energia Mundial”, a demanda por energia no Brasil irá registrar uma alta de 60% até 2040.

Por outro lado, indica que há muito o que fazer para suprir esta demanda. O ano de 2021 ficou marcado pela pior crise hídrica dos últimos 91 anos, e quase 64% de toda nossa geração elétrica é realizada através de hidrelétricas.

Dito isso, com os maciços investimentos que deverão ser realizados nos próximos anos, o setor elétrico tenderá a ganhar ainda mais representatividade no panorama econômico brasileiro.

Atualmente, as empresas do setor já compõem boa parcela dos principais índices acionários do Brasil. Somente no índice Bovespa, por exemplo, essas companhias representam quase 5% de participação.

O segmento de distribuição está na ponta mais próxima do consumidor. É o estágio final da cadeia de produção elétrica. Por isso, dentre os três segmentos, em momento de crise, este tende a ser o mais afetado.

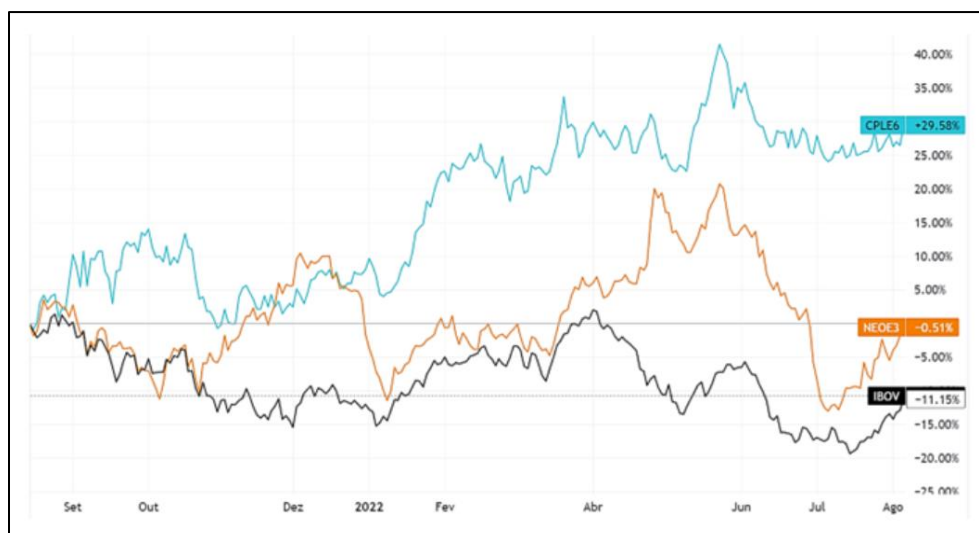
Geralmente, um dos impactos se deve às reduções (as vezes, até mesmo paralisações) de grande parte das atividades econômicas, principalmente as industriais. Com isso, a demanda de energia elétrica sofre redução em um primeiro momento.

Também há o risco do aumento de inadimplência, que, dependendo da intensidade da crise econômica instaurada, poderá atingir elevados níveis, afetando a geração de caixa das companhias.

Outro ponto de destaque refere-se à grande regulamentação, as quais estas empresas (do setor elétrico, em geral) estão sujeitas. Portanto, medidas impostas pelo Governo Federal podem servir como agravante aos impactos para as distribuidoras, como, por exemplo, a suspensão do corte de energia para os inadimplentes, descontos nas tarifas de energia e até mesmo adiamento de reajustes de compensação de custos.

Esses e outros fatores acabam por impactar diretamente nos resultados operacionais em um horizonte de curto prazo.

Como exemplos de empresas listadas deste segmento há a **Neoenergia (NEOE3)** e a **Copel (CPLE6)**. Nos últimos 12 meses, as ações de NEOE3 apresentam ligeira alta de 0,5%, enquanto CPLE6 marcou praticamente 30% positivos de retorno. Como comparação, o IBOV finalizou esse período com uma desvalorização de 11,1%. O desempenho destas ações e do índice ao longo do ano pode ser observado no gráfico abaixo:



○ Previsão de Investimentos para o setor Elétrico para os próximos anos

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2031, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia estima a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 3,2 trilhões na próxima década de modo a equilibrar as projeções de crescimento econômico e a expansão da oferta de energia. Perspectivas delineadas no PDE 2031 são de investimento massivo nos setores de petróleo, gás natural e biocombustíveis líquidos: R\$ 2,72 trilhões, quase 85% do total.

As previsões para os setores de geração (centralizada e distribuída) e de sistemas de transmissão somam R\$ 528 bilhões.

O cenário, conforme o novo plano decenal, deve ser de recuperação da economia nacional e de manutenção de elevado nível de entrada de fontes renováveis nas matrizes energética e elétrica brasileiras.

A projeção apresentada para a evolução da matriz de eletricidade é de continuidade do encolhimento na fonte hidráulica e crescimento das renováveis (ainda que relativamente tímido). Até 2031, a expectativa é de que as hidrelétricas caiam da fatia atual de 62% para 53% da matriz de geração para fornecimento de energia elétrica.

Ainda na evolução prevista, a fonte solar dobra de tamanho, indo de 1% para 2%, e a eólica cresce de 10% para 12%.

A previsão quando se trata de capacidade instalada total é de acréscimo de 37% (ou 3,2% ao ano), com mais 75 GW adicionados até 2031. Os crescimentos mais significativos são de geração distribuída, solar, nuclear e gás natural, com destaque para a GD e um avanço em capacidade instalada de 362,5% na década. As demais citadas, respectivamente devem ter avanços de 134,5%, 120,9% e 104,9%.

Para o sistema de transmissão de energia no país, o PDE estima a construção de 33,6 mil quilômetros adicionais de linhas de transmissão, atingindo um total de 208,9 mil km em 2031, 19% a mais do que a extensão atual.

- Previsão de Investimentos para os próximos Anos pelas Concessionárias com contratos com a Recuperanda “Potência”

- ✓ CEMIG

A Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (Cemig) realizará investimentos da ordem de R\$ 28 bilhões até 2025.

A Cemig pretende reforçar e expandir os negócios atuais em Minas Gerais, e visando à exploração de novas oportunidades para expandir e modernizar a rede de distribuição.

Segundo a estatal, R\$ 14,5 bilhões serão destinados para a ampliação da transmissão, geração e comercialização de energia, bem como fortalecer investimentos em tecnologia. Outra aposta, como parte do projeto de expansão, é o aporte de R\$ 6,5 bilhões para aumentar a presença da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig), no Estado. E, por fim, o valor restante de R\$ 1,5 bilhão será destinado para investimentos em inovação.

Para transmissão, a Cemig propõe investir R\$ 1 bilhão em potenciais novos empreendimentos no quinquênio, além de R\$ 1,1 bilhão em reforços e melhorias. Há ainda na rota da empresa, a busca de oportunidades de aquisição, que prevê abrangência diretamente em ativos do Estado.

Apenas no sistema elétrico de distribuição, que atende mais de 8,7 milhões de clientes, serão R\$ 12,5 bilhões em investimentos, com foco na modernização da rede, de forma a induzir o desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais.

Em relação aos estudos sobre os potenciais de distribuição de energia limpa, a Cemig deve apostar em R\$ 12,5 bilhões do aporte total previsto. O investimento terá por finalidade garantir a expansão, a modernização e a robustez da rede.

Dentro do que se prevê, o projeto compreende todos os investimentos que serão realizados exclusivamente pela Cemig, não contendo, portanto, aportes originários de parcerias como ocorrido em outras ocasiões. Essa decisão parte de uma avaliação interna pressupondo que o modelo executado anteriormente não alcançou resultados satisfatórios.

- ✓ ENERGISA

Segundo a empresa até 2026 serão investidos cerca de R\$ 29,5 bilhões, o que representa 1,6 vez o volume de aportes de 2017 até 2021.

A alocação robusta de investimento traz um equilíbrio entre os recursos destinados à distribuição e aos demais negócios. A previsão é de que o segmento de distribuição responda por 53% dos investimentos, enquanto geração, transmissão e outros negócios alcance 47%.

A empresa quer liderar a agenda de transformação energética no país, conectando pessoas e empresas à melhor solução de energia e construindo um mundo mais sustentável. A decisão estaria apoiada na responsabilidade financeira que garante à Energisa uma sólida posição de caixa e que permite investir em segmentos que possuem boas perspectivas de crescimento. A empresa detalhou a estratégia de expansão para cada um dos seus negócios, com destaque para a introdução do conceito one-stop-shop para oferta de soluções energéticas a clientes.

Dessa forma, a Energisa também espera diversificar os resultados financeiros até 2026. Hoje, cerca de 92% do Ebitda recorrente se referem ao negócio de distribuição. Para os próximos cinco anos, a empresa prevê uma participação entre 75% e 80% em distribuição e 25% a 20% em outros negócios.

Como parte da estratégia dos '4Ds da Energisa' (diversificação, digitalização, descarbonização e descentralização), a empresa investiu para fortalecer liderança executiva. A entrada de novos profissionais e a criação de cargos na vice-presidência trouxeram novas competências para o desenvolvimento de produtos e serviços com foco em marketing e vendas.

✓ EQUATORIAL

O Grupo Equatorial Energia adquiriu o controle acionário da distribuidora Celg-D, de Goiás, por R\$ 1,575 bilhão – o valor está sujeito à correção pela variação do CDI desde a data base de 31 de março de 2022 até a data da transferência do ativo.

O acordo prevê a aquisição de 282.965.232 ações da Celg-D, o equivalente a 99,96% do capital social total da companhia. Com a operação, o grupo passa a operar concessões em 31% do território nacional.

O Grupo Equatorial Energia prevê a reestruturação de empréstimos de R\$ 5,71 bilhões da Celg-D, com previsão de liquidação desses financiamentos em 12 meses.

Com a compra da Celg-D, o Grupo Equatorial Energia amplia sua atuação no segmento de distribuição de energia agora para o Centro-Oeste, demonstrando o seu apetite em reestruturar empresas e ser um agente de desenvolvimento para os estados em que atua.

Esta é a sétima aquisição de uma distribuidora pela Equatorial. O modelo de gestão diferenciado da Equatorial já foi aplicado com sucesso no Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul e Amapá entre 2004 e 2021. Em todos os casos, o grupo implementou sua experiência na recuperação de ativos e no avanço da qualidade dos serviços, promovendo o *turnaround* dessas concessões – localizadas em regiões complexas e que demandaram pesados investimentos.

✓ COPEL

A Copel projeta investir R\$ 2,067 bilhões nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia até o fim de 2022. O Programa de investimentos da companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração. A maior parte deste investimento vai beneficiar a área que atende o consumidor final, qual seja a distribuição de energia.

A ampliação e melhoria da rede de distribuição da Copel, que atende 393 dos 399 municípios do Paraná, receberão 77% dos recursos – R\$1,6 bilhão. Estes investimentos vão garantir a continuidade do plano de modernização da rede de distribuição, reforçando a capacidade de fornecer energia com qualidade.

Um dos destaques é o programa Paraná Trifásico, que está substituindo a rede rural existente por uma rede mais moderna, trifaseada, com cabos protegidos e capacidade de comunicação remota.

3. O PLANO de recuperação judicial

3.1. Motivos da crise (retirado da petição inicial)

Fundada há 26 anos, a empresa Potência foi crescendo gradativamente com esforço e dedicação de seu sócio Sr. Maurílio Gratão, chegando em 2010 com quatro bons contratos de prestação de serviço de leitura/medição de energia, serviços na área comercial das concessionárias nos estados do Acre, Amazonas, Goiás e Paraná, como corte, religação, ligação nova, etc.

Em 2011, a Potência, que já prestava bons serviços, sendo motivo de elogios na área de leitura, impressão e entrega simultânea. Convencida pelos diretores da concessionária de energia de Manaus, entrou e venceu certame licitatório para prestação dos demais serviços da área comercial daquela instituição (corte, religação, ligação nova, substituição de medidores etc.). Naquela época, a Potência era dirigida somente pelo seu sócio presidente, Sr. Maurílio Gratão, e por falta de assessores experientes se viu em uma verdadeira armadilha no novo contrato.

A primeira questão problemática, logo após a assinatura do contrato, foi a lista de pessoas que seriam contratadas e que não poderiam ser alteradas sem o prévio consentimento do contratante. Perdia assim, praticamente, a gestão do contrato, pois a formação e gestão da equipe passava, necessariamente, pela aprovação do contratante. A partir desse momento, o sinal de alerta estava acesso.

Já em um segundo momento, a quantidade de serviço previsto no edital a ser executado por cada equipe em campo começou a ser reduzida, de forma totalmente unilateral. De 30 (trinta) serviços previstos em edital e facilmente realizados nas outras concessionárias, por dia e por equipe, a Potência executava apenas 4 (quatro), para exemplificar.

Como dito, a gestão dos serviços não era feita pela Potência e, depois de 6 (seis) meses de contrato, houve uma queda acentuada de serviços executados diariamente em função da forma de liberação dos serviços. Os serviços passaram a ser liberados de forma descentralizada, cresceram os deslocamentos de um extremo ao outro da cidade, reduzindo a produtividade das equipes.

O resultado foi que a Potência migrou da posição de melhor empresa trabalhando no órgão para a pior, em apenas 45 (quarenta e cinco) dias, resultando na rescisão do contrato de forma unilateral, sem uma única advertência ou processo administrativo para tal.

Naquela oportunidade os contratos do Acre, Amazonas e Goiás já estavam em poder de um único órgão, a Eletrobrás, e com a rescisão unilateral do contrato do Amazonas, todos os demais contratos foram afetados ou levados a rescisão, provocando total caos financeiro a empresa.

Nesse contexto, 95% (noventa e cinco por cento) do faturamento foi perdido em curtíssimo prazo. Desta forma, iniciaram ações civis públicas nos estados do Acre, Amazonas e Goiás, ações trabalhistas afloravam sem que a devida assistência jurídica fosse constituída, pois sem faturamento não havia recursos para sua contratação. Para piorar as circunstâncias, a documentação dos colaboradores ficava dentro dos escritórios locais, lacrados pela justiça e, quando liberados, já não existia mais um único documento, tudo havia sido revirado e subtraído. O passivo trabalhista explodiu.

Até a presente data a empresa vem sendo afetada pelo passivo daquela época. Protestos, ações trabalhistas, ações cíveis, ações de cobrança etc.

Contudo, o sócio Sr. Maurílio Gratão sempre primou pela perseverança e em 2014, em meio ao caos, conquistou excelente contrato com a CELG, buscando investidores para aportarem recursos para recomposição do seu fluxo de caixa. Em dois anos foi possível amortizar parte da dívida, aprumar minimamente o fluxo de caixa e buscar por novos contratos, vital para honrar com os compromissos e perpetuar a empresa no mercado.

Em 2016, os investidores entenderam que era fundamental participar de uma licitação junto a concessionária CEMIG. Como essa licitação visava a execução de serviços na regional de Paracatu/MG, que somava mais de vinte municípios com extensa amplitude territorial, o sócio Sr. Maurílio Gratão, com mais experiência, alertou que se tratava de contrato complexo, de difícil gestão e que exigiria aporte financeiro na ordem de nove milhões de reais para as devidas mobilizações.

A licitação foi ganha, porém os investidores fizeram aporte de pouco mais da metade dos recursos necessários, impondo o início dos serviços sem conclusão das mobilizações, fato que resultou em multas contratuais vultuosas, somando na época mais de dois milhões de reais. Com o caixa ainda enfraquecido, aporte dos sócios incompleto e multas contratuais, resultaram na busca de recursos bancários onerosos para socorrer o caixa.

Com as dificuldades aumentando, os investidores perceberam a dificuldade do negócio e simplesmente abandonaram a empresa.

O Sr. Gratão se muda então para Paracatu a fim de gerenciar pessoalmente o novo contrato e mesmo sem o apoio financeiro dos investidores, gradativamente suas medidas de gestão apresentam resultado, conseguindo amortizar em parte as dívidas existentes. Por lei, o prazo máximo para serviços contínuos é de cinco anos, mas com a chegada do final do contrato e sem dinheiro para fazer a rescisão dos funcionários, a Potência sagrou-se vitoriosa em nova licitação junto a CEMIG. Preocupada com a concentração do faturamento em um único cliente, além da pressão do passivo crescente, a participação em novas licitações foi a estratégia. Assim, na sequência, firmou-se os contratos com Equatorial (Amapá) e Energisa (Rondônia).

Os novos contratos exigiram o incremento das equipes e elevado investimento para as mobilizações. Os bancos foram acionados, mas poucos recursos foram liberados, muito em função de não possuir garantia real, já ter empréstimos contraídos e em razão das concessionárias, naquela oportunidade, não concederem carta-trava às instituições bancárias, de modo que os recursos em caixa eram poucos e os compromissos inadiáveis. Começa então o crescimento acelerado do endividamento com fornecedores de insumos.

A árdua tarefa de recomposição de caixa, administração do passivo e manutenção da excelência na prestação dos serviços, reconhecido por todas as concessionárias, encontrou pela frente, em 2020, a pandemia da Covid-19.

A empresa chegou a ter 20% (vinte por cento) de seus colaboradores afastados por suspeita ou diagnóstico da doença, impactando diretamente seu faturamento, que é vinculado a produtividade da equipe. Resulta ainda em elevado crescimento de despesas não programadas com álcool em gel, máscaras descartáveis, exames e treinamentos de prevenção, isso tudo para 900 (novecentos) colaboradores e seus familiares.

Na esteira da pandemia, os custos se elevaram com o aumento do preço em 40% (quarenta por cento) dos equipamentos de proteção individual (EPI), equipamento de proteção coletiva (EPC) e ferramental, que simplesmente sumiram do mercado. Na mesma linha de baixa disponibilidade, os veículos desapareceram, elevando o custo de aluguel com frota em mais de 60% (sessenta por cento). Tendo como a “cereja do bolo” o preço do óleo diesel, utilizado por 90% (noventa por cento) da frota, que dobrou de preço nos últimos meses, causando um passivo mensal de mais de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Frente a tantos fatores contrários, mas certo de que tal situação será apenas uma vírgula na história de retidão e excelência dos serviços prestados pela Potência, baseados nos contratos para os próximos anos, restou ao Sr. Maurílio Gratão e equipe a busca pela proteção legal da recuperação judicial, possibilitando o pagamento dos seus credores, a manutenção da fonte produtora e a preservação da função social que a Recuperanda desempenha perante o setor de utilities.

A partir do momento, por fim, em que entendemos que o erro nos permite crescer e aprender, a empresa reconhece, além dos diversos fatores externos que impactaram ao mesmo tempo e em grandes proporções a rentabilidade do negócio, a ocorrência de falhas internas involuntárias, fruto de seu crescimento e das constantes transformações do mercado e do mundo corporativo, já identificadas e corrigidas nos primeiros dias do processo recuperacional.

3.2. Primeira relação de credores

A relação de credores encontra-se assim dividida:

Classe I – Credores Trabalhistas	Total de R\$	R\$	890.009,51
Classe II – Credores com Garantia Real	Total de R\$	R\$	0,00
Classe III – Credores Quirografários	Total de R\$	R\$	40.132.407,98
Classe IV – Credores ME e EPP	Total de R\$	R\$	782.783,55
TOTAL GERAL		R\$	41.805.201,04

Esse quadro pode ser alterado com a apresentação da segunda relação de credores elaborada pelo Administrador Judicial ou, ainda, após julgadas possíveis impugnações ou habilitações retardatárias na publicação do Quadro Geral de Credores, como dita a Lei 11.101/2005.

Sobrevindo qualquer novo credor sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial ou mesmo ocorrendo acréscimos aos valores ora listados por decisão judicial ou na hipótese de credores aderentes, todos serão acomodados no fluxo de caixa projetado, mantidas as condições de pagamento estabelecidas, aprovadas pelos credores e homologadas pelo juízo do processo. Em especial a classe II, onde não foram identificados credores no momento do protocolo do pedido recuperacional, sobrevindo qualquer um a esta classe, este estará sujeito as condições gerais de pagamento previstos para a classe III de credores.

3.3. Plano de reestruturação operacional

Conciliantemente a este PLANO medidas de ajustes severas **foram, estão e serão** tomadas pela Recuperanda, em especial:

- a) A empresa está passando por minuciosa revisão em seus processos buscando redução de custos fixos e variáveis, em possíveis margens existentes, em especial nos centros de custos energia, telefone, material de escritório e limpeza, mão de obra, manutenções, operações financeiras, assessoria em tecnologia da informação, insumos, entre outros. Esta ação também visa contribuir com a margem do negócio a fim de permitir melhor viabilidade das operações;
- b) Estruturação de fornecedores denominados parceiros, a fim de atender demandas específicas deste Plano;
- c) Ampliação dos preceitos de controladoria e governança corporativa, gerenciando e buscando novos modelos que possam atender expectativas e segurança das informações para as devidas tomadas de decisões de forma assertiva;
- d) A empresa encontra-se em fase de implantação de Planejamento Estratégico formal, buscando antecipar com maior eficiência possíveis ocorrências negativas, oriundas de variáveis internas e externas;
- e) Implantação de um sistema de *Compliance*, a partir da estruturação de um Manual de Integridade e Ética;

- f) Reperfilamento do endividamento extraconcursal junto as locadoras de veículos, credores estratégicos e vitais para a manutenção da operação da Recuperanda.

3.3.1. Essencialidade dos veículos locados

Como já demonstrado anteriormente neste Plano a Recuperanda presta serviços na área de utilities para concessionários de Distribuição Elétrica, possuindo em seu quadro de funcionários mais de 900 colaboradores que atuam na:

- a) Construção, extensão, reforma e melhoramento em linhas e redes desenergizadas;
- b) Manutenção em linhas e redes desenergizadas;
- c) Manutenção e automação de equipamentos de RDA;
- d) Construção e Manutenção em linhas e redes energizadas;
- e) Inspeção em Redes, Comercial e Emergencial Restauração de energia;
- f) Manutenção e ronda de iluminação pública semiconvencional e convencional;
- g) Ligação de unidades consumidoras, inspeção de unidades consumidoras e serviços comerciais;
- h) Desligamento e religação de unidades consumidoras e operação/restauração do sistema elétrico; e
- i) Construção de Rede de energia do Programa Federal Luz Para Todos (PLPT).

Todos os serviços prestados dependem de veículos para deslocamento das equipes, transporte de equipamentos e, alguns mais específicos, para execução dos trabalhos. **Não há qualquer possibilidade da Recuperanda prestar os serviços contratados sem os veículos locados.**

E tais serviços são fundamentais para a população das áreas atendidas. Falamos de milhões de pessoas afetadas diretamente pelos serviços prestados pela Potência. Apenas no norte de Minas Gerais são mais de dois milhões de habitantes, com hospitais, escolas, indústrias etc. dependentes da energia fornecida pela CEMIG, que por sua vez tem como única prestadora dos serviços acima enumerados, a Recuperanda.

Não há como falar em estratégia de soerguimento, de manutenção da fonte geradora de empregos e renda sem a manutenção da posse dos veículos locados, uma vez que a Recuperanda não possui frota própria.

Como será apresentado adiante, será proposto uma subclasse de fornecedores parceiros, reconhecendo a importância, entre outros, das locadoras de veículos para o soerguimento da empresa, mas para tanto é imperativo a manutenção dos veículos em sua posse até a aprovação do plano. Não a título gratuito, por óbvio, razão pela qual já projetamos também no Plano os pagamentos dos valores devidos mensalmente para as locadoras.

3.4. PLANO de reestruturação financeira

Como apresentado na análise do setor/cadeia de energia elétrica, trata-se de pilar fundamental de nosso país, e com expressiva relação “investimento x geração de empregos” – para cada R\$ 1 milhão investido temos a geração média de 20 (vinte) postos de trabalho. Trate-se de empresa de interesse da sociedade em face de seu ramo de atuação, principalmente quando considerado a grande necessidade de melhoramento em infraestrutura elétrica em todo o país.

Tais números, independente dos quase 26 (vinte e seis) anos de história da Potência, já justificam a importância de sua preservação e soerguimento, razão pela qual entendemos que os ajustes necessários, apresentados a seguir, justificam o ônus proposto aos credores.

3.4.1 Proposta de pagamento aos credores sujeitos à recuperação judicial e aderentes

O PLANO tem como escopo:

- a) Preservar a Recuperanda como unidade econômica geradora de empregos, tributos e riqueza, assegurando assim o exercício de sua função social;
- b) Superar sua atual situação econômica e financeira, recuperando-se com isso o valor da empresa e de seus ativos; e
- c) Atender aos interesses de seus credores indicando as fontes dos recursos e o cronograma de pagamento.

Após análise da situação econômica e financeira no cenário de retomada, com os devidos ajustes operacionais realizados ou em andamento, considerando as possibilidades trazidas pelo artigo 50 da Lei 11.101/2005, a Recuperanda se utilizará em especial, mas não exclusivamente, dos seguintes meios de recuperação:

1. Concessão de prazos e condições especiais de pagamento das obrigações vencidas e vincendas;
2. Equalização de encargos financeiros;
3. Alteração do controle societário;
4. Criação de UPI; e
5. Novação de dívidas.

3.4.1.1. Concessão de prazos e condições especiais de pagamento das obrigações vencidas e vincendas

A. CLASSE I

O pagamento aos credores inscritos na Classe I ocorrerá no último dia útil do 11º (décimo primeiro) mês contado da data de publicação da decisão da homologação do Plano aprovado, após aplicação de deságio de 10% (dez por cento).

Em face da capacidade de pagamento aqui apresentada e com fulcro no art. 47 da LRF, a aprovação do presente Plano resulta na não aplicação de eventuais multas trabalhistas impostas pela justiça especializada, em especial as multas por inadimplemento de acordo trabalhista, a prevista em norma coletiva (CCT ou ACT) e as que aludem os artigos 467 e 477 da CLT.

No que tange aos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, esses serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da decisão da homologação do Plano, observando assim plenamente o disposto no art. 54 da Lei 11.101/2005.

Sobrevindo qualquer credor enquadrado como pertencente a esta classe, todos serão acomodados na proposta de pagamento prevista neste item, que atende a prerrogativa estabelecida pelo art. 54 da Lei 11.101/2005, quanto ao prazo de pagamento aos credores classe 1 (prazo não superior a um ano).

B. CLASSE II

De acordo com o entendimento do corpo jurídico da Recuperanda, não há credores que se enquadrem na classe II neste processo recuperacional. Se esse quadro for alterado após eventual decisão judicial criando a classe de credores com garantia real, eles serão sujeitos as condições gerais de pagamento para a CLASSE III.

C. CLASSE III

Condições gerais de pagamento: aos credores inscritos na Classe III, o pagamento dos valores atualizados, nos termos do item 3.4.1.2, ocorrerá em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais, vencendo-se a primeira no 13º (décimo terceiro) mês posterior a data de publicação da decisão de homologação do Plano, observado o cronograma abaixo:

PARCELAS	% DO PRINCIPAL A SER PAGO MENSALMENTE	% PAGO PERÍODO
1ª a 24ª	0,20 (zero vírgula vinte por cento)	4,80
25ª a 167ª	0,66 (zero vírgula sessenta e seis por cento)	94,38
168ª	parcela final diferenciada para ajuste decimal	0,82

- a) Ocorrendo o pagamento da parcela na respectiva data de vencimento a Recuperanda fará jus, a título de bônus de adimplência, de desconto de 77% (setenta e sete por cento) sobre o total da parcela.
- b) Em eventual inadimplência em um determinado mês deverá ser observado o disposto no item 3.4.1.2.b.II.
- c) A todos os credores desta classe fica facultado o recebimento de sua dívida por até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), limitado ao montante de seu crédito relacionado neste processo recuperacional, em até 180 dias contados da data de publicação da homologação do plano, sem reajuste.
 - i. Os credores aderentes a esta forma de recebimento devem reconhecer o montante pelo qual votam como líquido e certo, desistindo de eventual ação de impugnação de crédito ou habilitação ainda pendente de julgamento;
 - ii. Devem aderir a esta modalidade até a data da Assembleia Geral de Credores, podendo ocorrer durante o evento através de registro em ata; e
 - iii. Renunciam ao montante que por sorte venha a sobejar os R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), de forma irrevogável.
- c) Eventuais credores posteriormente habilitados estarão sujeitos às condições de pagamento estabelecidas nesta cláusula.

Subclasse credores parceiros (§único art.67 LRF): considerando a) que o ciclo operacional da Recuperanda exige, para manutenção das condições comerciais, o crédito de seus fornecedores e financiadores; e b) que a interrupção no fornecimento do crédito pode representar a convação em falência por inviabilidade operacional, em especial a locação dos veículos essenciais para sua atividade, criamos esta subclasse observando a similitude entre os credores e seus créditos. Todos os credores da classe III poderão aderir a esta subclasse desde que continuem a prover a Recuperanda, ao longo do período de cumprimento do Plano, com crédito. Aos credores aderentes a esta subclasse é disponibilizado a seguinte forma de pagamento:

- a) O valor devido será atualizado por TR + 0,55% ao mês (juros devidos junto com as parcelas de principal) e pagos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, vencendo-se a primeira no décimo terceiro mês subsequente a data de publicação da decisão de homologação do Plano.
- b) Em caso de descumprimento do Plano em até 30 (trinta) dias, a partir do inadimplemento e sobre o valor inadimplido serão exigidos:
 - i. Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor inadimplido;
 - ii. Multa de 2% (dois por cento) calculada e exigida nos pagamentos parciais, sobre os valores amortizados e na liquidação final, sobre o saldo devedor da dívida; e
 - iii. Em caso de descumprimento do Plano maior que 30 (trinta) dias deverá ser observado o art. 61, §1º, da LRF, quanto a convação da RJ em falência.

- c) A adesão a subclasse deverá ocorrer até a data da Assembleia Geral de Credores, podendo ocorrer durante o evento através de registro em ata.

D. CLASSE IV

Condições gerais de pagamento: aos credores inscritos na Classe IV, o pagamento dos valores atualizados, nos termos do item 3.4.1.2, ocorrerá em 108 (cento e oito) parcelas mensais, vencendo-se a primeira no 13º (décimo terceiro) mês posterior a data de publicação da decisão de homologação do Plano.

- a) Ocorrendo o pagamento da parcela na respectiva data de vencimento a Recuperanda fará jus, a título de bônus de adimplência, de desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o total da parcela.
- b) Em eventual inadimplência em um determinado mês deverá ser observado o disposto no item 3.4.1.2.b.II.
- c)) A todos os credores desta classe fica facultado o recebimento de sua dívida por até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), limitado ao montante relacionado neste processo recuperacional, em até 180 dias contados da data de publicação da homologação do plano, sem reajuste.
- i. Os credores aderentes a esta forma de recebimento devem reconhecer o montante pelo qual votam como líquido e certo, desistindo de eventual ação de impugnação de crédito ou habilitação ainda pendente de julgamento;
 - ii. Devem aderir a esta modalidade até a data da Assembleia Geral de Credores, podendo ocorrer durante o evento através de registro em ata; e
 - iii. Renunciam ao montante que por sorte venha a sobejar os R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de forma irrevogável.
- d) Eventuais credores posteriormente habilitados estarão sujeitos às condições de pagamento estabelecidas nesta cláusula.

PARA TODAS AS CLASSES DE CREDORES: Os credores deverão informar no processo a conta corrente para depósito e indicar o respectivo evento ao Administrador Judicial, sob pena de não ser efetuado o pagamento e não caracterizar o descumprimento do Plano, considerando que o direito brasileiro adota a regra do pagamento quesível (art. 327 CC).

3.4.1.2. Equalização de encargos financeiros

Em face da necessidade de equalização dos encargos financeiros, as dívidas sujeitas ao presente Plano de Recuperação ou mesmo em caso de eventual crédito aderente ou posteriormente habilitado, estarão sujeitas a seguinte política de juros, salvo para a subclasse de credores parceiros:

- a) **Credores Classe I:**
- I. Juros: Considerando o curto prazo de pagamento os valores sofrerão reajuste, a partir da data de publicação da decisão de homologação do Plano, pela TR – Taxa Referencial, informada pelo BACEN.
- b) **Credores Classe III e IV:**
- I. Juros: Os valores sofrerão reajuste a partir da data da publicação da homologação do PLANO por TR + 0,35% ao mês e serão devidos juntamente com as parcelas de principal.
 - II. Inadimplemento: Até 30 (trinta) dias de atraso incidirá multa diária de 0,015% (quinze milésimos por cento) sobre o valor não pago, além dos encargos previstos no item I. Acima deste prazo a não liquidação da obrigação caracterizará o não cumprimento do presente Plano, ensejando todas as consequências previstas na LRF.

O prazo de 30 (trinta) dias estabelecido acima visa evitar que eventual atraso no pagamento de uma parcela se constitua em motivo draconiano para decretação de falência da Recuperanda. Referido zelo se justifica para que, no caso de um mero atraso, que pode ser causado por equívoco ou esquecimento, possa ser sanado, sem maiores consequências, permitindo a manutenção da sociedade empresária, na forma do art. 47 da LRF. Em face da necessidade de busca de razoabilidade e de proporcionalidade, o modelo trazido nas referidas disposições do Plano, permite que seja sanada eventual situação, com solução que permita, ao mesmo tempo, a sobrevivência da empresa, a satisfação do crédito sujeito ao processo recuperacional, assim como a manutenção da fonte geradora de renda, empregos e tributos.

3.4.1.3. Alteração do controle societário

A aprovação deste Plano autoriza a Recuperanda a proceder a alteração de seu controle societário, até a totalidade de suas ações, desde que seja observado:

- a) Realização de avaliação subscrita por empresa ou profissional especializado;
- b) O comprador demonstre formalmente patrimônio compatível com a transação, bem como capacidade técnica para gerir a operação;
- c) A proposta não envolva redução de direitos dos credores, alteração do Plano aprovado judicialmente (se já ocorrido) e o valor oferecido não seja inferior a avaliação prevista na alínea “a”; e
- d) Ocorrendo alteração do controle societário ainda no período de supervisão judicial, deverá o fato ser comunicado ao juízo do processo, com juntada dos documentos probatórios que atestem o atendimento do disposto neste item. Ocorrendo após o levantamento da RJ tais

documentos deverão ser mantidos em arquivo para consulta e verificação dos credores interessados.

3.4.1.4. Criação de UPI

Considerando o impacto positivo da redução do custo de carregamento das dívidas concursais, através de possível antecipação de pagamento, observado o disposto nos arts. 60 e 142 da LRF, a aprovação do presente Plano autoriza a criação de unidades produtivas isoladas (UPIs) para venda, revertendo no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor arrecadado para amortização de dívidas da subclasse “credores parceiros” da classe III e o restante para composição do capital de giro.

O montante direcionado aos credores parceiros amortizará a dívida proporcionalmente ao saldo individual de cada credor em aberto.

Se já liquidada a subclasse de credores parceiros, por qualquer meio, o valor será revertido para amortização dos demais credores classe III, observada a proporcionalidade do saldo individual em aberto. Se liquidada a subclasse e os demais credores da classe III, todo o valor arrecadado com a venda da UPI será direcionado para composição do capital de giro da Recuperanda.

As UPIs serão formadas pelo desmembramento de unidades de negócio com o respectivo acervo técnico e ferramental necessário para execução dos serviços a serem prestados, desde que o contrato com a concessionária aceite a troca de CNPJ da contratada.

3.4.1.5. Novação de dívidas

- 1) Este Plano, consoante a Lei 11.101/2005, implica em novação objetiva e real dos créditos concursais, obrigando a Recuperanda e todos os Credores a ele sujeitos, bem como os seus respectivos cessionários e sucessores a qualquer título.
- 2) A aprovação e homologação deste Plano, na forma da lei, implica que os credores, por consequência, não poderão prosseguir com ações ou execuções judiciais contra a Recuperanda e/ou seus coobrigados e/ou garantidores em geral, tais como, mas não se limitando a, avalistas e fiadores, relativas a créditos sujeitos ao presente processo de recuperação judicial ou aderentes, enquanto o Plano estiver sendo cumprido. Quando então, cumprido plenamente, todas as ações e execuções judiciais em curso contra a Recuperanda e seus garantidores, relativas a créditos concursais, serão extintas. O pleno cumprimento do Plano implica ainda na automática, irretroatável e irrevogável liberação e desoneração de todos os coobrigados, garantidores solidários e subsidiários, por qualquer responsabilidade derivada de garantia fidejussória de qualquer espécie, inclusive, mas não somente, por força de aval e fiança, bem como o afastamento da responsabilização pessoal dos sócios, controladores e administradores da Recuperanda por atos praticados no exercício de suas funções.

- 3) Todos os credores concursais ou aderentes, por sua vez, com a novação ficam desde já obrigados, sob pena de responderem civilmente por prejuízos a Recuperanda, a cancelarem os protestos porventura efetuados pelo fato de não mais existir dívida mercantil ou de serviços não pagos, enquanto o Plano estiver sendo cumprido. A manutenção dos protestos, além de colidir com a novação decorrente da aprovação do Plano, causa indevida restrição ao crédito da Recuperanda.

- 4) Na ausência de providências dos credores nos 60 (sessenta) dias subsequentes à homologação do Plano, os credores reconhecem que uma vez aprovado e acompanhado da decisão concessiva da recuperação judicial, será instrumento hábil para providenciar a baixa de todos os títulos de crédito e documentos de dívida, cujos fatos geradores sejam anteriores ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial, podendo a Recuperanda proceder à baixa dos protestos e compensar os custos a isso inerentes com créditos que tenham em face dos respectivos credores.

- 5) Os pagamentos efetuados na forma prevista no presente Plano implicam em quitação plena, irrevogável e irretroatável de todos os créditos nele contemplados, aí se incluindo não só o valor principal, mas juros, correção monetária, penalidades, indenizações, abatimentos e descontos obtidos. Efetivada a quitação, esses credores não mais poderão reclamá-los contra a Recuperanda e seus coobrigados.

4. Demonstração da viabilidade econômica (art. 53, II e III, LRF)

O estudo técnico elaborado por profissional habilitado desta assessoria (Leandro Reis Bernardes – CRA 4329/RD e equipe CORECON 152/D PJ) demonstra a viabilidade econômica e financeira da Recuperanda, promovendo a preservação de sua função social e o estímulo à atividade econômica.

4.1 Premissas

As premissas assumidas na elaboração deste Plano, fundamentadas nos balanços, documentos e informações fornecidos pela Recuperanda, **são apresentadas como fatos certos, seguros e reais devidamente fundamentados no dia a dia operacional da empresa e na legislação pertinente.**

O Plano foi elaborado levando em consideração que a forma de pagamento aos credores está diretamente relacionada à disponibilidade de recursos projetada ano a ano. Assim sendo, projetou-se o resultado financeiro da empresa e respectivo fluxo de caixa para os próximos anos, com a identificação dos volumes disponíveis de recursos para liquidação das dívidas existentes, concursais ou não.

O racional da projeção econômica e financeira segue a seguinte ordem de apresentação - situação existente, projeções de receitas, projeções de custos e consolidação do Fluxo de Caixa:

I. Cenário financeiro atual: em decorrência dos prejuízos observados, do alto endividamento e da considerável redução do capital de giro disponível, como apresentado no item 3.1, mesmo alongando as dívidas existentes em um cenário positivo de negociação administrativa (**prazo de 48 meses e taxa de 1,5% am**), feitas as medidas de ajuste, inclusive com incremento de receita, e não provisionando nenhum recurso para CAPEX, **a Recuperanda não apresentaria capacidade de pagamento**. Se lançadas as dívidas na forma originalmente contratadas, mesmo com os ajustes, o fluxo apresentaria números ainda piores.

FLUXO DE CAIXA SEM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PERÍODO	Ano I	%	Ano II	%	Ano III	%	Ano IV	%
Receitas Operacionais	114.001.802,30	100,00%	115.141.820,32	100,00%	116.293.238,52	100,00%	117.456.170,91	100,00%
(-) Custos e Despesas desembolsáveis)	106.538.797,14	93,45%	107.967.112,91	93,77%	108.721.183,94	93,49%	109.485.195,68	93,21%
(=) EBITDA	7.463.005,15	6,55%	7.174.707,41	6,23%	7.572.054,58	6,51%	7.970.975,23	6,79%
(-) Depreciações / Amortizações	615.687,03	0,54%	615.687,03	0,53%	615.687,03	0,53%	615.687,03	0,52%
(=) Lucro Operacional	6.847.318,12	6,01%	6.559.020,38	5,70%	6.956.367,55	5,98%	7.355.288,20	6,26%
(-) Juros	5.829.130,77	5,11%	4.464.499,98	3,88%	2.939.503,92	2,53%	1.116.190,92	0,95%
(=) Lucro tributável	1.018.187,35	0,89%	2.094.520,40	1,82%	4.016.863,63	3,45%	6.239.097,28	5,31%
(-) Contribuicao Social (9%)	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
(-) Imposto de Renda (15%)	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
(=) Lucro Líquido	1.018.187,35	0,89%	2.094.520,40	1,82%	4.016.863,63	3,45%	6.239.097,28	5,31%
AJUSTES SOBRE O LUCRO								
Estorno depreciação	615.687,03	0,54%	615.687,03	0,53%	615.687,03	0,53%	615.687,03	0,52%
Variação Capital de Giro	23.150,37		-148.824,12		-149.898,99		-151.993,68	
CAPEX	-1.140.018,02	1,00%	-1.151.418,20	1,00%	-1.162.932,39	1,00%	-1.174.561,71	1,00%
Aporte de investidor	0,00							
FLUXO DE CAIXA LIVRE	517.006,73		1.409.965,11		3.319.719,28		5.528.228,91	
Operações não sujeitas a RJ	-		-		-		-	
1 - TRABALHISTA - CLASSE 1	890.009,51		-		-		-	
2 - GARANTIA REAL - CLASSE 2	-		-		-		-	
3 - QUIROGRAFÁRIOS - CLASSE 3	6.373.545,19		7.620.326,45		9.111.000,78		10.893.278,09	
4 - CREDORES MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	146.746,40		175.452,67		209.774,40		250.810,08	
TOTAL DAS AMORTIZAÇÕES	7.410.301,11	6,50%	7.795.779,12	6,84%	9.320.775,17	8,18%	11.144.088,17	9,78%
FLUXO DE CAIXA LIVRE APÓS AMORTIZAÇÕES	(6.893.294,38)	-6,05%	(6.385.814,01)	-5,55%	(6.001.055,89)	-5,16%	(5.615.859,26)	-4,78%
SALDO DE CAIXA	(6.893.294,38)		(13.279.108,39)		(19.280.164,28)		(24.896.023,53)	
NECESSIDADE DE CAPTAÇÃO DE FINANCIAMENTO	6.893.294,38		13.279.108,39		19.280.164,28		24.896.023,53	

II. Faturamento: considerado para as projeções os contratos vigentes, bem como as reais possibilidades de renovação.

Os atuais contratos possuem prazos de vigência variando em média de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, porém todos com perspectivas de renovação. A renovação é uma tendência visto que neste

momento a empresa que possui o 1º contrato participa de forma mais competitiva visto já contemplar maior parte dos investimentos, custeio inicial necessário e know-how.

Ressalta-se ainda que, no caso de não vitória na renovação ou de não interesse na renovação, a Recuperanda buscará novos contratos/cliente em sua carteira de prestação de serviços a fim de manter a média de faturamento estimada /desejada neste plano.

DESEMPENHO ÚLTIMOS 12 MESES E ÚLTIMOS ANOS

MES/ANO	FATURAMENTO MÊS A MÊS			
	2019	2020	2021	2022
janeiro	5.071.298,22	3.759.516,04	5.392.011,33	5.434.870,50
fevereiro	4.994.722,96	4.108.383,63	4.621.119,71	7.079.537,98
março	4.643.885,58	4.512.033,92	4.250.561,11	6.138.784,10
abril	4.430.664,17	4.230.465,41	4.216.087,79	7.237.441,14
maio	4.261.510,52	3.635.245,57	3.915.951,20	6.131.487,20
junho	3.909.569,02	3.918.510,70	4.046.402,76	8.509.147,18
julho	3.695.225,86	3.781.865,58	4.612.395,72	9.049.053,48
agosto	3.683.710,50	3.971.095,38	4.777.564,75	8.714.234,02
setembro	3.796.389,65	4.387.797,84	3.751.764,70	7.918.337,21
outubro	3.908.937,93	5.044.177,76	6.798.794,93	
novembro	4.181.266,21	4.585.384,51	7.603.326,48	
dezembro	4.379.179,85	3.447.466,35	7.386.170,63	
TOTAL	50.956.360,47	49.381.942,69	61.372.151,11	66.212.892,81
MÉDIA MENSAL	4.246.363,37	4.115.161,89	5.114.345,93	7.356.988,09

INDICADORES DE PERFORMANCE	FATURAMENTO TOTAL	RECEITA LÍQUIDA	ATIVO CIRCULANTE	ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO EXERC.
2022 (Jan a Jun)	40.531.268,10	33.918.333,00	29.592.056,00	64.313.151,00	22.503.152,00	14.513.165,00	56.888.890,00	-444.472,00
2021	61.372.151,11	55.290.307,00	28.749.370,00	60.804.425,00	18.149.049,00	14.136.389,00	57.268.361,00	3.124.123,00
2020	49.381.942,69	42.815.529,00	17.432.958,00	25.626.878,00	10.520.117,00	7.302.491,00	25.237.227,00	18.141.274,00
2019	50.956.360,47	44.126.293,00	13.236.539,00	8.005.233,00	12.611.230,00	1.307.137,00	7.323.405,00	-3.436.730,00

Lucro ajustado 2020: R\$ 1.334.680,00

Obs: Conservadoramente ajustamos o resultado de 2020, proveniente de reconhecimento de receita futura

ESTIMATIVA DE RECEITAS

DISCRIMINAÇÃO	Contrato	Qtd de meses	Qtd total de US global / contrato	Parâmetro de US por mês / contrato	Valor do Contrato	Participação no contrato	Valor médio de US	Participação Cont. Ano I	Ano 0-1	
									Quant.	Valor
CEMIG										
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006237	60	24.960	416	R\$ 50.251.718,400	100%	2.013,29	8,82%	416	10.050.343,68
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006238	60	21.840	364	R\$ 45.060.069,600	100%	2.063,19	7,91%	364	9.012.013,92
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006252	60	31.800	530	R\$ 61.484.664,000	100%	1.933,48	9,71%	477	11.067.239,52
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006253	60	26.400	440	R\$ 51.324.240,000	100%	1.944,10	9,00%	440	10.264.848,00
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006495	60	34.477	575	R\$ 80.272.799,100	100%	2.328,30	12,67%	517	14.449.103,84
- Restauração de energia, manutenção e ronda	4680006496	60	47.196	787	R\$ 107.606.880,000	100%	2.280,00	16,99%	708	19.369.238,40
								65,10%		74.212.787,36
ENERGISA										
- Obras de Ext/Melhoria/Reforço RDR -NORTE /CENTRO / Cad. de Cons. / Inst. / Lig. De med / Atend.	2021.0152.01***	18	102.426	5.690	R\$ 54.593.058,000	100%	533,00	0,00%	0	0,00
- Obras de Ext/Melhoria/Reforço RDR -NORTE / Cad. de Cons. / Inst. / Lig. De med / Atend.	WS92896	24	21.720	905	15.849.600,000	100%	1.270,00	12,10%	905	13.792.200,00
- Obras de Ext/Melhoria/Reforço RDR -CENTRO / Cad. de Cons. / Inst. / Lig. De med / Atend.	WS92896	24	19.320	805	19.812.000,000	100%	1.270,00	10,76%	805	12.268.200,00
								22,86%		26.060.400,00
EQUATORIAL										
- Inspeção de Ligações	006/2022	24	equipe	28	22.571.309,88	100%	33.588,26	9,90%	28	11.285.654,94
								9,90%	2800,00%	11.285.654,94
COPEL										
- Serviços de leitura de medidores de consumo de energia elétrica grupo "B" (baixa tensão)	4600024893/2022	60	15.268.500	254.475	12.214.800,00		0,80	2,14%	254.475	2.442.960,00
								2,14%	254.475	2.442.960,00
TOTAL GERAL								100,00%	254.503	114.001.802,30

ESTIMATIVA DE RECEITAS

DISCRIMINAÇÃO	Contrato	Ano 1-2		Ano 2-3		Ano 3-4		Ano 4-demas	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
CEMIG									
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006237	420	10.150.847,12	424	10.252.355,59	429	10.354.879,14	437	10.561.976,73
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006238	368	9.102.134,06	371	9.193.155,40	375	9.285.086,95	383	9.470.788,69
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006252	482	11.177.911,92	487	11.289.691,03	491	11.402.587,94	501	11.630.639,70
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006253	444	10.367.496,48	449	10.471.171,44	453	10.575.883,16	462	10.787.400,82
- Construção, extensão, reforma, melhoramento e manutenção em linhas e redes desenergizadas	4680006495	522	14.593.594,88	528	14.739.530,83	533	14.886.926,13	543	15.184.664,66
- Restauração de energia, manutenção e ronda	4680006496	715	19.562.930,78	722	19.758.560,09	729	19.956.145,69	744	20.355.268,61
			74.954.915,23	2.981	75.704.464,38	3.011	76.461.509,03	3.071	77.990.739,21
ENERGISA									
- Obras de Ext/Melhoria/Reforço RDR -NORTE /CENTRO / Cad. de Cons. / Inst. / Lig. De med / Atend.	2021.0152.01***	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Obras de Ext/Melhoria/Reforço RDR -NORTE / Cad. de Cons. / Inst. / Lig. De med / Atend.	WS92896	914	13.930.122,00	923	14.069.423,22	932	14.210.117,45	951	14.494.319,80
- Obras de Ext/Melhoria/Reforço RDR -CENTRO / Cad. de Cons. / Inst. / Lig. De med / Atend.	WS92896	813	12.390.882,00	821	12.514.790,82	829	12.639.938,73	846	12.892.737,50
			26.321.004,00	1.744	26.584.214,04	1.762	26.850.056,18	1.797	27.387.057,30
EQUATORIAL									
- Inspeção de Ligações	006/2022	28	11.398.511,49	29	11.512.496,60	29	11.627.621,57	29	11.860.174,00
		28	11.398.511,49	29	11.512.496,60	29	11.627.621,57	29	11.860.174,00
COPEL									
- Serviços de leitura de medidores de consumo de energia elétrica grupo "B" (baixa tensão)	4600024893/2022	257.020	2.467.389,60	259.590	2.492.063,50	262.186	2.516.984,13	267.430	2.567.323,81
		257.020	2.467.389,60	259.590	2.492.063,50	262.186	2.516.984,13	267.430	2.567.323,81
TOTAL GERAL		257.048	115.141.820,32	264.344	116.293.238,52	266.987	117.456.170,91	272.327	119.805.294,33

Obs: 2021.0152.01*** - Contrato suspenso.

Obs: Do ano IIV em diante, haverá a manutenção de faturamento visto que é muito provável a renovação / dos contratos licitados. Eventualmente, caso não seja possível ou de interesse da empresa a renovação, será buscado a contratação de outros contratos para manutenção do faturamento.

III. Custos: as projeções de custos variáveis e fixos são fundamentadas a partir da **média histórica** da empresa, também retirada dos balanços, e considerando os ajustes operacionais realizados e aqueles já aprovados pela Diretoria em prol da reestruturação financeira necessária. Não se prevê aumento gradativo dos custos fixos ao longo dos próximos anos, uma vez que há uma compensação na trava das receitas para os referidos anos (vale ressaltar que os contratos preveem correção/reajustes). Frente ao caráter de publicidade deste Plano, a composição detalhada dos insumos (subdivididos por contratos e pelas categorias “pessoal”, “Apoio Operacional”, “EPI, EPC e Ferramental”, “Frota” e “Administrativo”) foi ocultada por se tratar de informação estratégica da empresa, porém toda a memória de cálculo está disponível para apresentação individual aos credores interessados. É importante ressaltar ainda que toda mão de obra envolvido nos contratos é considerada gerencialmente como mão de obra variável e, portanto, um custo variável. O encerramento de um determinado contrato está ligado diretamente a não mais a necessidade daquela mão de obra demandada.

PROJEÇÃO DE CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS

DISCRIMINAÇÃO	%	Ano 0-1	Ano 1-2	Ano 2-3
Custos Fixos				
Custas de RJ (Adm, processo e advogados)		840.000,00	840.000,00	840.000,00
Impostos Parcelados (incluso correção)		2.040.000,00	1.800.000,00	1.560.000,00
Impostos sobre desconto de dívidas	34%	614.130,93	614.130,93	614.130,93
M.O. Fixa / Encargos		1.718.598,56	1.786.998,56	1.786.998,56
Despesas Administrativas		2.903.193,63	2.903.193,63	2.903.193,63
CUSTOS FIXOS MONETÁRIOS		8.115.923,12	7.944.323,12	7.704.323,12
Depreciação / Exaustão		615.687,03	615.687,03	615.687,03
Amortização de Gastos Diferidos		-	-	-
CUSTOS FIXOS NÃO MONETÁRIOS		615.687,03	615.687,03	615.687,03
CUSTOS FIXOS TOTAIS		8.731.610,15	8.560.010,15	8.320.010,15
Custos Variáveis:				
Insumos (demandas geradas pela execução dos contratos)		87.193.696,50	88.065.633,46	88.946.289,80
Publicidade (Anúncios, Publicações, Promoções e Eventos)	0,0%	-	-	-
Despesas tributárias (Enquadrada no Lucro Real)		10.659.168,51	10.765.760,20	10.873.417,80
Despesas financeiras	0,5%	570.009,01	575.709,10	581.466,19
Diversos (sobre total dos custos variáveis)	0,5%	570.009,01	575.709,10	581.466,19
CUSTOS VARIÁVEIS TOTAIS		98.422.874,02	99.407.102,76	100.401.173,79
CUSTOS MONETÁRIOS TOTAIS		106.538.797,14	107.351.425,88	108.105.496,91
CUSTOS TOTAIS		107.154.484,17	107.967.112,91	108.721.183,94

PROJEÇÃO DE CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS

DISCRIMINAÇÃO	Ano 3-4	Ano 4-5	Ano 5-6	Ano 6-demais
Custos Fixos				
Custas de RJ (Adm, processo e advogados)	840.000,00			
Impostos Parcelados (incluso correção)	1.320.000,00	1.320.000,00		
Impostos sobre desconto de dívidas	614.130,93	614.130,93	614.130,93	
M.O. Fixa / Encargos	1.786.998,56	1.786.998,56	1.786.998,56	1.786.998,56
Despesas Administrativas	2.903.193,63	2.903.193,63	2.903.193,63	2.903.193,63
CUSTOS FIXOS MONETÁRIOS	7.464.323,12	6.624.323,12	5.304.323,12	4.690.192,19
Depreciação / Exaustão	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03
Amortização de Gastos Diferidos	-	-	-	-
CUSTOS FIXOS NÃO MONETÁRIOS	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03
CUSTOS FIXOS TOTAIS	8.080.010,15	7.240.010,15	5.920.010,15	5.305.879,22
Custos Variáveis:				
Insumos (demandas geras pela execução dos contratos)	89.835.752,69	91.632.467,75	91.632.467,75	91.632.467,75
Publicidade (Anúncios, Publicações, Promoções e Eventos)	-	-	-	-
Despesas tributárias (Enquadrada no Lucro Real)	10.982.151,98	11.201.795,02	11.201.795,02	11.201.795,02
Despesas financeiras	587.280,85	599.026,47	599.026,47	599.026,47
Diversos (sobre total dos custos variáveis)	587.280,85	599.026,47	599.026,47	599.026,47
CUSTOS VARIÁVEIS TOTAIS	101.405.185,53	103.433.289,24	103.433.289,24	103.433.289,24
CUSTOS MONETÁRIOS TOTAIS	108.869.508,65	110.057.612,36	108.737.612,36	108.123.481,43
CUSTOS TOTAIS	109.485.195,68	110.673.299,39	109.353.299,39	108.739.168,46

Observações:

- Custos monetários: referem-se a efetivos desenhos
- Custos não monetários: não há saída efetiva de caixa.

MEMÓRIA DE CÁLCULO CUSTOS

- Os custos com Impostos parcelados, referem-se a impostos com débitos de FGTS, INSS, PIS, COFINS, CSLL, IRPJ e possíveis autos de infração. Considerou um / parcelamento e provisionamento dos débitos em questão.
- Os custos com mão de obras estão separados em mão de obra fixa e mão de obra variável. A MO Fixa está lançada no centro de custos específica a mesma, sendo CLT e os PJ. Já a MO Variável está lançada junto com os cálculos de insumos requeridos, referente a execução dos serviços/contratos. Ambos os casos estão previstos salários, encargos, transp, alimentação e outro:
- Os custos com pró-labores são referente ao custeio dos acionistas;
- Os custos com alugueis sofrerão elevação em função da previsão de mudança para uma nova sede administrativa, visto que atual está 100% ocupada e não atende mais as necessidades de operação e expansão da empresa.
- Combustíveis e viagens referem-se a custos fixos da administração. Custos incidentes pertinentes a execução de obras estão lançados em insumos.
- Serviços terceirizados referem-se a custos com consultorias, software, T.I e auditoria.
- Considerou-se ainda outros custos fixos, com uma margem de até 5% sobre os demais custos, a fim de cobrir custos eventuais.
- Considerou-se ainda outros custos variáveis, com uma margem de até 0,5% sobre o faturamento, a fim de cobrir custos eventuais, principalmente em relação aos custos com insumos.
- Foi realizado uma reestruturação / enjugamento no quadro de colaboradores da empresa, bem como contemplado necessidades de contratações futuras.
- Para os demais custos fixos, está sendo estimado uma meta média de redução de até 10,0% em relação aos gastos apurados em exercícios anteriores;
- Os custos "Despesas Administrativas" referem-se as seguintes contas:

CUSTOS FIXOS	ESTIMATIVA	
	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Aluguel, IPTU, TLP	17.000,00	204.000,00
Energia	2.400,00	28.800,00
Água	350,00	4.200,00
Associações de Classe / Sindicatos	3.275,02	39.300,24
Comunicações (Telefone e Internet)	1.500,00	18.000,00
Viagens e Combustíveis	4.000,00	48.000,00
Alimentação e Lanches	4.000,00	48.000,00
Material de escritório, expediente e material de informática	6.300,00	75.600,00
Material de consumo e limpeza	280,00	3.360,00
Manutenção e conservação de bens	1.200,00	14.400,00
Seguros diversos	700,00	8.400,00
Seguro trabalhista	2.000,00	24.000,00
Serviços Terceirizados (software, consultoria, advogados, outros)	13.690,03	164.280,36
Honorários Contábeis	15.000,00	180.000,00
Advocacia	25.000,00	300.000,00
Fretes e Carretos	5.000,00	60.000,00
Livros, jornais e revistas	550,00	6.600,00
Despesas Cartorárias e Certificados	500,00	6.000,00
Serviços de Courier	250,00	3.000,00
Serviços de Guarda Volume	560,00	6.720,00
Diversos (5% sobre os demais custos fixos)	5.177,75	62.133,03
Total -->	108.732,80	1.304.793,63

CONTROLE DE PARCELAMENTOS - Potencia Medições

PARCELAMENTO	PRINCIPAL	JUROS
PARCELAMENTO INSS FINAL 2078 - CP PATRONAL	R\$ 111.751,54	R\$ 23.467,77
PARCELAMENTO INSS FINAL 2079- CP TERCEIROS	R\$ 28.034,55	R\$ 5.887,06
PARCELAMENTO FINAL INSS 2073 - CP SEGURADOS	R\$ 44.517,07	R\$ 9.348,54
PARCELAMENTO FINAL INSS 2178 - CP PATRONAL	R\$ 162.212,32	R\$ 34.064,18
PARCELAMENTO INSS FINAL 2173 - CP SEGURADOS	R\$ 62.010,17	R\$ 13.021,99
PARCELAMENTO INSS FINAL 2164 - CP TERCEIROS	R\$ 40.746,26	R\$ 8.556,28
PARCELAMENTO INSS 621322920	R\$ 1.104,53	R\$ 190,87
PARCELAMENTO INSS 624440036	R\$ 80.180,41	R\$ 18.522,40
PERT DEB PREV 625207203	R\$ 875.628,11	R\$ 152.860,26
PARCELAMENTO FINAL 1821 Pert IIIb	R\$ 11.304,85	R\$ 1.725,83
PARCELAMENTO CONV. PGFN 171028	R\$ 5.420,47	R\$ 2.744,10
PARCELAMENTO DEBITOS PGFN 35963	R\$ 371.871,06	R\$ 507.219,42
PARCELAMENTO PGFN DEMAIS 4737	R\$ 42.628,26	R\$ 9.150,73
PARCELAMENTO PGFN DEMAIS 4750	R\$ 44.061,67	R\$ 6.504,07
PARCELAMENTO INSS PGFN 631874267	R\$ 68.273,85	R\$ 52.044,32
PARC. DEBITOS PGFN 5831229'!	R\$ 27.713,20	R\$ 16.364,06
PARC. DEBITOS PGFN 5897065'!	R\$ 66.646,77	R\$ 62.105,85
PARC. DEBITOS PGFN 6073860'!	R\$ 74.788,00	R\$ 34.840,96
PARCELAMENTO INSS 2202'!	R\$ 76.123,50	R\$ 35.463,12
FGTS	R\$ 600.000,00	R\$ 82.500,00
	R\$ 2.386.490,94	R\$ 990.792,27

DESPESAS TRIBUTARIAS E CONTRIBUICOES											
DISCRIMINACAO	Aliquota %	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V e Demais	
		Valor base	Total	Valor base	Total	Valor base	Total	Valor base	Total	Valor base	Total
Impostos Federais		114.001.802,30	5.985.094,62	115.141.820,32	6.044.945,57	116.293.238,52	6.105.395,02	117.456.170,91	6.166.448,97	119.805.294,33	6.289.777,95
PIS	100,00%	114.001.802,30	1.881.029,74	115.141.820,32	1.899.840,04	116.293.238,52	1.918.838,44	117.456.170,91	1.938.026,82	119.805.294,33	1.976.787,36
COFINS	100,00%	114.001.802,30	8.664.136,97	115.141.820,32	8.750.778,34	116.293.238,52	8.838.286,13	117.456.170,91	8.926.668,99	119.805.294,33	9.105.202,37
Aproveitamento de Crédito	4,0%	114.001.802,30	4.560.072,09	115.141.820,32	4.605.672,81	116.293.238,52	4.651.729,54	117.456.170,91	4.698.246,84	119.805.294,33	4.792.211,77
Impostos Municipais			4.674.073,89		4.720.814,63		4.768.022,78		4.815.703,01		4.912.017,07
ISS	4,10%	114.001.802,30	4.674.073,89	115.141.820,32	4.720.814,63	116.293.238,52	4.768.022,78	117.456.170,91	4.815.703,01	119.805.294,33	4.912.017,07
TOTAL DE IMPOST.			10.659.168,51		10.765.760,20		10.873.417,80		10.982.151,98		11.201.795,02

IV. Fluxo de Caixa com cronograma de pagamento previsto no item 3.4.1: no fluxo de caixa é acrescentada a soma individual da conta “Depreciação” após a apuração do resultado receitas e custos. Este procedimento é necessário uma vez que já está inserido no custo total da operação. Como não consiste diretamente em saída de caixa da empresa, retornamos o valor para análise de desempenho efetivo de caixa.

Ao longo de todo o período projetado foi condição “*sine qua non*” que os saldos acumulados finais de caixa fossem positivos, confirmando a capacidade de recuperação da empresa e pagamento de suas obrigações dentro das hipóteses apresentadas no Plano de forma líquida e certa.

Os deságios, índice de correção monetária e taxa de juros foram estruturados por classe de credores e foram definidos considerando as necessidades mínimas de sobras financeiras em cada exercício para que a empresa retome a viabilidade do negócio ao longo dos próximos anos.

O ano I corresponde aos doze primeiros meses posteriores a aprovação do Plano.

FLUXO DE CAIXA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Ano VI	Ano VII
Receitas Operacionais	114.001.802,30	115.141.820,32	116.293.238,52	117.456.170,91	119.805.294,33	119.805.294,33	119.805.294,33
(-) Custos e Despesas desembolsáveis	106.538.797,14	107.351.425,88	108.105.496,91	108.869.508,85	110.057.612,36	108.737.612,36	108.123.481,43
(=) EBITDA	7.463.005,15	7.790.394,44	8.187.741,61	8.586.662,06	9.747.681,97	11.067.681,97	11.681.812,89
(-) Depreciações / Amortizações	6.156.807,03	6.156.807,03	6.156.807,03	6.156.807,03	6.156.807,03	6.156.807,03	6.156.807,03
(=) Lucro Operacional	6.847.318,12	7.174.707,41	7.572.054,58	7.970.975,23	9.131.994,94	10.451.994,94	11.066.125,86
(-) Juros RJ	0,00%	1.808.046,38	1.633.837,60	1.454.683,61	1.269.885,28	1.084.686,94	899.688,80
(-) Lucro tributável	6.847.318,12	5.366.661,03	5.938.216,98	6.516.291,62	7.862.109,66	9.367.308,00	10.166.437,26
(-) Contribuição Social (9%)	616.258,63	482.999,49	534.439,53	586.466,25	707.607,87	843.057,72	914.979,35
(-) Imposto de Renda (15%)	1.687.829,53	1.317.665,26	1.460.554,25	1.605.072,90	1.941.577,42	2.317.827,00	2.517.609,32
(=) Lucro Líquido	4.543.229,96	3.565.996,28	3.943.223,21	4.324.752,47	5.213.124,38	6.206.423,28	6.733.848,59
AJUSTES SOBRE O LUCRO							
Estorno depreciação	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03
Variação Capital de Giro	23.150,37	-148.924,12	-149.898,99	-151.993,68	-304.067,24	0,00	0,00
CAPEX / OPEX	-1.140.018,02	-1.151.418,20	-1.744.388,58	-1.761.842,56	-2.396.105,89	-2.396.105,89	-2.396.105,89
Aporte de Investidor							
FLUXO DE CAIXA LIVRE	4.042.049,34	2.881.440,99	2.664.812,67	3.026.603,25	3.128.638,28	4.426.004,42	4.953.429,74
Operações não sujeitas a RJ	-	-	-	-	-	-	-
1 - TRABALHISTA - CLASSE 1	801.008,56	-	-	-	-	-	-
3 - QUIROGRAFÁRIOS - CLASSE 3	-	78.405,19	78.405,19	258.737,11	258.737,11	258.737,11	258.737,11
3.1 - GOOD FAITH - CLASSE 3 e 4	418.000,00	-	-	-	-	-	-
3.2 - QUIROGRAFÁRIOS - CLASSE 3 PARCELOS	-	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00
4 - CREDORES MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	-	45.922,21	45.922,21	45.922,21	45.922,21	45.922,21	45.922,21
TOTAL DAS AMORTIZAÇÕES	1.219.008,56	2.284.327,39	2.284.327,39	2.464.659,32	2.464.659,32	2.464.659,32	2.464.659,32
FLUXO DE CAIXA LIVRE APÓS AMORTIZAÇÕES	2.823.040,78	597.113,59	380.285,27	561.943,93	663.978,96	1.961.345,10	2.488.770,42
SALDO DE CAIXA	2.823.040,78	3.420.154,38	3.800.439,65	4.382.383,58	5.026.362,54	6.987.707,64	9.476.478,06
NEC. DE CAPTAÇÃO DE FINANCIAMENTO							
DESEMBOL. SO COM DÍVIDAS RJ	1.219.008,56	4.092.373,77	3.919.185,00	3.919.342,93	3.734.344,60	3.549.346,26	3.364.347,92

FLUXO DE CAIXA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

	Ano VIII	Ano IX	Ano X	Ano XI	Ano XII	Ano XIII	Ano XIV	Ano XV
Recetas Operacionais	118.805.294,33	118.805.294,33	118.805.294,33	118.805.294,33	118.805.294,33	118.805.294,33	118.805.294,33	118.805.294,33
(-) Custos e Despesas desembolsáveis	108.123.481,43	108.123.481,43	108.123.481,43	108.123.481,43	108.123.481,43	108.123.481,43	108.123.481,43	108.123.481,43
(=) EBITDA	10.681.812,89	10.681.812,89	10.681.812,89	10.681.812,89	10.681.812,89	10.681.812,89	10.681.812,89	10.681.812,89
(-) Depreciações / Amortizações	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03
(=) Lucro Operacional	11.066.125,86	11.066.125,86	11.066.125,86	11.066.125,86	11.066.125,86	11.066.125,86	11.066.125,86	11.066.125,86
(-) Juros RJ	714.690,27	539.691,93	344.693,60	70.620,80	55.140,12	39.659,45	24.178,78	8.698,11
(-) Lucro Tributável	10.351.435,60	10.526.433,93	10.721.432,27	10.985.505,07	11.010.985,74	11.026.461,98	11.041.947,09	11.057.427,76
(-) Contribuição Social (9%)	931.629,20	948.275,05	964.328,90	989.595,46	990.988,72	992.381,98	993.775,24	995.170,28
(-) Imposto de Renda (15%)	2.563.858,90	2.610.108,48	2.656.358,07	2.724.876,27	2.728.746,44	2.732.616,60	2.736.486,77	2.739.356,94
(=) Lucro Líquido	6.855.947,49	6.978.046,39	7.100.145,30	7.281.033,34	7.281.250,59	7.301.487,83	7.311.685,08	7.321.876,54
AJUSTES SOBRE O LUCRO								
Estorno deprecações	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03	615.687,03
Variação Capital de Giro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPEX / OPEX	-2.396.105,89	-2.396.105,89	-2.396.105,89	-2.396.105,89	-2.396.105,89	-2.396.105,89	-2.396.105,89	-2.396.105,89
Aporte de investidor								
FLUXO DE CAIXA LIVRE	5.075.526,64	5.197.627,54	5.319.726,44	5.500.614,49	5.510.831,73	5.521.046,98	5.531.266,22	5.541.481,47
Operações não sujeitas a RJ								
1 - TRABALHISTA - CLASSE 1								
3 - QUIROGRAFÁRIOS - CLASSE 3	258.737,11	258.737,11	258.737,11	258.737,11	258.737,11	258.737,11	258.737,11	258.737,11
3.1 - GOOD FAITH - CLASSE 3 e 4								
3.2 - QUIROGRAFÁRIOS - CLASSE 3 PARCEROS	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00
4 - CREDITORES MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	45.922,21	45.922,21	45.922,21	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
TOTAL DAS AMORTIZAÇÕES	2.464.659,32	2.464.659,32	2.464.659,32	2.464.659,32	2.464.659,32	2.464.659,32	2.464.659,32	2.464.659,32
FLUXO DE CAIXA LIVRE APÓS AMORTIZAÇÕES	2.610.869,32	2.732.968,22	2.855.067,12	2.981.287,60	2.981.287,60	2.981.287,60	2.981.287,60	2.981.287,60
SALDO DE CAIXA	12.087.347,37	14.820.315,59	17.575.382,71	19.936.670,31	25.188.764,93	30.451.076,80	35.723.605,91	41.032.756,57
REC. DE CAPTAÇÃO DE FINANCIAMENTO								
DESEMBOLSO COM DIVÍDUAS RJ	3.179.349,59	2.994.351,26	2.809.352,92	3.309.947,68	315.877,24	296.396,56	282.915,69	272.662,23

5. Considerações finais

- 1) Para todos os efeitos legais, considera-se como data da homologação judicial do presente Plano a correspondente à publicação no diário oficial da decisão judicial proferida, pelo juízo da recuperação, que conceder a recuperação judicial.
- 2) Caso qualquer pagamento ou ato estiver programado, de acordo com o Plano, para ser efetivado ou realizado em dia não útil, tais como sábados, domingos, feriados ou datas em que não haja expediente bancário na Comarca onde tramitam os autos da recuperação judicial, fica automaticamente prorrogado para o próximo dia útil o prazo para o pagamento ou prática do ato respectivo.
- 3) Os respectivos pagamentos serão realizados diretamente a cada credor, através de depósito bancário, ficando sob a responsabilidade de cada credor em informar previamente os dados bancários para depósito.
- 4) O Plano poderá ser alterado a qualquer tempo após sua homologação judicial e antes de seu integral cumprimento, por iniciativa da Recuperanda, **mediante** a convocação de Assembleia Geral de Credores. Tais alterações dependerão da aprovação da Recuperanda e da maioria dos créditos presentes na Assembleia Geral de Credores, mediante a obtenção do quórum segundo art. 45 c/c o art.58, *caput* e § 1º, da Lei 11.101/2005.
- 5) Os credores poderão ceder seus créditos a outros credores ou a terceiros, à expressa aceitação pelos cessionários de que o crédito cedido está sujeito às condições do presente Plano.
- 6) Este Plano será considerado como descumprido na hipótese de o atraso no pagamento de quaisquer parcelas previstas não ser sanado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da Recuperanda pelo respectivo credor.
- 7) O juízo da Recuperação judicial será o foro competente para dirimir toda e qualquer controvérsia ou disputa oriunda deste Plano até o encerramento do processo de Recuperação Judicial. Posteriormente será, para dirimir toda e qualquer controvérsia ou disputa oriunda deste Plano, o da Comarca de Goiânia (GO).

6. Conclusão

A Argumento Assessoria e Projetos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.347.265/0001-87 e CRA/GO 01450-PJ, contratada para elaboração do presente Plano de Recuperação Judicial, alicerçada na análise setorial realizada, nos documentos, informações e premissas fornecidas pela Recuperanda e recebidas como verdadeiras, mantidas as projeções econômicas e financeiras, certifica que a aprovação deste Plano representa a continuidade corporativa da Recuperanda através da superação da crise financeira, retomada da rentabilidade e equalização de seu fluxo de caixa, garantindo ainda a manutenção dos empregos e o pagamento dos credores sem riscos adicionais às relações originalmente estabelecidas antes do pedido de recuperação judicial. O valor da empresa em funcionamento, assim, não só é superior ao que seria obtido em caso de liquidação, como apenas sua continuidade atende aos múltiplos interesses envolvidos.

Goiânia (GO), 02 de dezembro de 2022.

POTÊNCIA MEDIÇÕES LTDA.

Argumento Assessoria e Projetos Ltda.
CRA/GO 01450-PJ

